

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 30 DE ABRIL DE 2002

Aos trinta dias do mês de Abril, de dois mil e dois, no salão nobre dos Paços do concelho, sito no Largo da República desta cidade, reuniu a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram quatro .

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a Senhora Presidente, Dr.ª Isabel Damasceno Campos e os Srs. Vereadores Dr. Vítor Lourenço, Eng.º Fernando Carvalho, Dr. Paulo Rabaça, Dr.ª Neuza Magalhães, Dr. José Manuel Silva, Dr.ª Maria Manuela Gois Graça e o Dr. Helder Roque.

A sessão foi presidida pelo Sr. José António Sousa e Silva, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos Srs. Deputados Paulo Reis e Adélio Amaro.

Havendo "quorum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 20.30 horas, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:



1. RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 28.02.02 a 19.04.02 E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação;
2. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO NOS TERMOS DO N.º 2 DO ART.º 49.º DA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO - Apreciação
3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTA DE GERÊNCIA DE 2001 DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA - Apreciação e votação;
4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2002 - Apreciação, discussão e votação;
5. ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA. PARA 2002 - Apreciação, discussão e votação;

6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (2002-2005) DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE LEIRIA- Apreciação, discussão e votação;
7. ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO DE 2002 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE LEIRIA - Apreciação, discussão e votação;
8. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação;
9. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CENTRO ASSOCIATIVO MUNICIPAL E APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO - Apreciação, discussão e votação;



RESUMO DA CORRESPONDÊNCIA DE 28.02.01 A 19.04.02

ENTIDADE	ASSUNTO	DESPACHO
DEPUTADO ARMANDO V. CARDOSO	SOLICITA RELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO DE 28.02.04	RELEVE-SE A FALTA
DEPUTADO RUI CASEIRO	SOLICITA CÓPIA DE DOCUMENTOS DA LEIRISPORT	SOLICITAR À C.M.L. PARA ENVIAR OS DOCS. SOLICITADOS
ANMP	XIII CONGRESSO - ENVIO DO PROGRAMA	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	CRIAÇÃO DE GIPE'S	IDEM
COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE MENORES DE LEIRIA	ENVIO DO RELATÓRIO RELATIVO AO ANO DE 2001	IDEM
J.FREGUESIA LEIRIA	ENVIA FICHA DE DADOS PESSOAIS	IDEM
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CALDAS DA RAINHA	ENVIO DE MOÇÃO	IDEM
ASSOC. CULT.RECREAT. E COOP. DA	SOLICITAM QUE A A.M. ALERTE AS AUTORIDADES P/O PROBLEMA DA	OFICIAR À A.R.S. P/SABER SE FORAM TOMADAS MEDIDAS S/O ASSUNTO

SISMARIA	TRANSFERÊNCIA DO MÉDICO DE FAMÍLIA	
ANMP	PUBLICIDADE DAS DELIBERAÇÕES DOS PARECERES MUNICIPAIS E RESPECTIVAS DECISÕES	TOMEI CONHECIMENTO
ANMP	CONTRATOS/PROGRAMA P/CONSTRUÇÃO DE CENTROS DE SAÚDE	IDEM
ANMP	CRIAÇÃO DE GIPE'S	IDEM
CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA	ENVIA OS DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO DEPUTADO RUI CASEIRO	ENVIAR AO SR. DEPUTADO
DEPUTADA M. ^a ISABEL GONÇALVES	SOLICITA RELEVAÇÃO DA SUA FALTA À SESSÃO DE 04.04.02	RELEVE-SE A FALTA
DEPUTADO JOÃO LUÍS R. FONSECA	SOLICITA RELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO DE 04.04.02 E INFORMA QUE NÃO RECEBEU CONVOCATÓRIA E DOCUMENTAÇÃO P/A MESMA	RELEVE-SE A FALTA
JUNTA FREG. MACEIRA	ENVIA DOCUMENTOS S/PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE EMPRESA MUNICIPAL NA MACEIRA	TOMEI CONHECIMENTO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SEIA	ENVIÓ DE PROPOSTAS/COMPENSAÇÃO A MEMBROS DAS JUNTAS DE FREGUESIA	IDEM
DEPUTADO PAULO REIS	SOLICITA RELEVAÇÃO DA FALTA À SESSÃO DE 04.04.02	RELEVE-SE A FALTA
GABINETE DO GOVERNADOR	O CHEFE DE GAB. ENVIA OFÍCIO DE	TOMEI CONHECIMENTO

CIVIL LEIRIA	AGRADECIMENTOS PELA COLABORAÇÃO PRESTADA E COMUNICA CESSAÇÃO DO CARGO	
GOVERNADOR CIVIL DO DIST. LEIRIA	ENVIA OFÍCIO DE AGRADECIMENTOS PELA COLABORAÇÃO PRESTADA E ANUNCIA CESSAÇÃO DO CARGO	IDEM
CML/DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	SOLICITA MARCAÇÃO DE UMA REUNIÃO DE TRABALHO - PROJECTO "TROCAR POR MIÚDOS"	TOMEI CONHECIMENTO - AGENDAR REUNIÃO
JUNTA FREG. PARCEIROS	ENVIO DE ABAIXO ASSINADO E MOÇÃO S/ ALTERAÇÕES PROVOCADAS PELA URBANIZAÇÃO "ALDEAMENTO ST.º CLARA"	TOMEI CONHECIMENTO
JUNTA FREG. AZOIA	ENVIA CONVITE AO SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA P/CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO PÚBLICA DOS SÍMBOLOS HERÁLDICOS DA FREGUESIA	TOMEI CONHECIMENTO
ELEMENTOS DO CONSELHO C. CENTRO HISTÓRICO	SOLICITAM A CONVOCAÇÃO URGENTE DO CONSELHO CONSULTIVO P/DEFESA E REABILITÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE LEIRIA	DÊ-SE CONHECIMENTO

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Boa noite Srs. Deputados.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, na ausência do 1º Secretário eu chamava para sua substituição o Deputado Filipe Vieira, sendo as funções de 1º Secretário desempenhadas pelo 2º Secretário.

Começaríamos então pelo período de "antes da ordem do dia", sendo que a primeira alínea diz respeito à apreciação, discussão e votação das actas das anteriores sessões, respectivamente a sessão de 28.02.02 e a sessão extraordinária de 04.04.02.. Julgo que todos os Srs. Deputados têm cópia destas duas actas que oportunamente foram enviadas e portanto estão à discussão para depois serem votadas.

Quem se quer inscrever?

Há uma inscrição do 1º Secretário, Deputado Adélio Amaro, que tem uma proposta de alterações à acta de 28 de Fevereiro, alterações essas que são mais correcções ortográficas. Faça favor.

1º SECRETÁRIO(SUBSTITUTO)

A proposta de alteração é relativamente à acta do dia 28 de Fevereiro de 2002, e vou passar a ler algumas das alterações que eu proponho:

Na página um, na quinta linha, onde se lê "...por parte da Câmara Municipal esteve presente...", deve ler-se "...estiveram presentes", na mesma página na décima linha, onde se lê " Adélio David", deve ler-se "Adélio Amaro ", na página vinte e dois, na décima sétima linha onde se lê "criar solução par os problemas..", deve ler-se "criar soluções para os problemas..."; na mesma página, na décima nona linha, onde se lê".. uma acção manuscrito..." deve ler-se "...uma acção manuscrita...", na página seguinte, página vinte e três, na sexta linha, onde se lê "recolhidas mais inovideias", deve ler-se "recolhidas mais e novas ideias"; na página trinta e oito, na penúltima linha, onde

se lê "a lista A, apresentada pelo PS obteve 36 votos...", deve ler-se " a lista A, apresentada pelo PSD obteve 36 votos...".

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Secretário, isto são apenas reposições da verdade, passada nesta Assembleia.

Portanto estão abertas as inscrições para apreciação e discussão das actas.

Quem é que se inscreve?

Não havendo inscrições, passaríamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

As actas foram aprovadas por unanimidade.

Passaríamos agora à segunda alínea deste período, leitura resumida do expediente. Penso que foi distribuído um resumo a todos os senhores Deputados, chamo a vossa atenção para uma carta que recebi do Sr. Deputado José Ferreira Lourenço e que não está incluída neste resumo, na qual ele pede que lhe seja justificada a falta a esta sessão por nesta mesma data se encontrar ausente do País. Eu chamava também a atenção de que o Presidente da Mesa recebeu uma carta enviada por alguns elementos do Conselho Consultivo para Defesa e Reabilitação do Centro Histórico de Leiria, para a convocação urgente deste Conselho. Quero informar os Srs. Deputados de que realmente existiu este Conselho Consultivo e como a legislatura anterior obviamente deixou também de existir, mas vai ser posta depois de ouvidos os responsáveis pelos vários Grupos Municipais, se for do interesse e da vontade de todos irá ser novamente submetida à apreciação e discussão desta Assembleia, no sentido de se começar a convocar reuniões periódicas.

Também informava os Srs. deputados, querendo ter acesso aos documentos relacionados com este resumo de correspondência, façam o favor de se dirigir à funcionária que está a acompanhar esta assembleia e ela facultar-vos-á esses mesmos documentos.

Receberam também o relatório de actividades do Município no período de 28 de Fevereiro a 19 de Abril e sobre o qual poderão depois no período de perguntas à Sr.^a Presidente, falar sobre estes mesmo relatório.

Passaríamos então ao período que tem por objectivo solicitar esclarecimentos mediante perguntas orais à Sr.^a Presidente.

Estão abertas as inscrições quem é que quer intervir neste período?

Sr. Deputado Luís Pinto, faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Eu queria perguntar à Sr.^a Presidente, em que ponto da situação estamos em relação ao Programa POLIS e nomeadamente no que se refere à falta de reuniões em relação à Comissão de acompanhamento, quer do Programa POLIS quer em relação à do Centro Histórico que de alguma forma se também se tocam , quer em relação ao próprio Programa de recuperação do Centro Histórico quer em relação ao programa POLIS.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Mais inscrições para este período?

Sr. Deputado Francisco do Rocio Francisco, faça favor.

DEPUTADO FRANCISCO DO ROCIO FRANCISCO(PP)

Boa noite, Francisco Francisco do PP.

Era só para perguntar se não seria possível dada a função social que a Câmara também tem, evitar que os desgraçados dos hospitais tivessem que andar a meter uma moedinha para ver televisão? Se não havia essa possibilidade, dado que andam a instalar computadores e outros por aí, eu acho que era uma função social que talvez pudesse ser equacionada. Segundo, o monte de documentação que recebemos é enorme e penso que custa à Câmara muito dinheiro, penso, hoje em dia quase todos temos computador, não seria possível entregarem-nos isto em Cdrom, gravável, só

para evitar falsificações para quem quisesse receber? Penso que se economizava muito. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Mais inscrições?

Não havendo mais inscrições, eu daria a palavra à Sr.^a Presidente para responder às questões.

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.^a Isabel Damasceno)

Sim senhor, então muito boa noite a todos.

Em relação às questões que me foram colocadas, eu começava precisamente pelo Programa Polis, para esclarecer logo à partida que houve muito recentemente uma reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa POLIS, que foi para a apresentação concreta de dois estudos que tinham sido feitos e que são fundamentais para a complementaridade do projecto, o estudo hidrológico portanto e o estudo de impacto ambiental; Depois disso, avançou-se conforme foi explicado lá na altura, para a aprovação final do plano de pormenor, com a componente aprovação das entidades, da Reserva Ecológica, da Direcção regional do Ambiente e da zona Agrária. Neste momento essas aprovações estão feitas e portanto, muito brevemente, haverá a reunião final para apresentação dos planos de pormenor já devidamente instruídos com os pareceres de todas as entidades, para ser aprovado numa primeira fase pela Comissão de Acompanhamento e depois vir à Câmara e à Assembleia Municipal, portanto, muito em breve no mês de Maio, porque os planos já foram finalmente aprovados pelas entidades, porque têm o parecer favorável e portanto é o ponto da situação. Relativamente ao acompanhamento dos trabalhos, evidentemente que houve aqui algum arrastamento derivado dos planos de pormenor, porque conforme eu já disse várias vezes, o Programa POLIS tem uma grande vantagem que é baseado em planos, num plano estratégico global que depois é desdobrado em planos de pormenor, e portanto em termos de intervenção não são intervenções avulso, são intervenções planeadas, só que, os planos têm exactamente

o mesmo timings à excepção da discussão pública que é ligeiramente encurtada, a legislação POLIS encurta ligeiramente a discussão pública, quanto ao resto tem exactamente as mesmas voltas que qualquer plano de pormenor e portanto tem algum atraso em termos de entidades, quer da Reserva Ecológica quer da Reserva Agrícola, quer das Associações de Regantes, tudo isso demora o seu tempo. Não está a ter qualquer tipo de implicação no desenvolvimento dos trabalhos, porque efectivamente no ano de 2001 estava ele todo previsto para a elaboração e aprovação dos planos de pormenor e, em simultâneo, foi-se avançando em termos de sociedade LeiriaPolis, com concursos relativamente aos quais não há qualquer tipo de polémica no que diz respeito à intervenção nos planos de pormenor, a saber: o alargamento das pontes por exemplo, que seria sempre uma obra a fazer pela Câmara sem precisar de existir um plano de pormenor e isso está neste momento já em fase adiantada. Portanto, estamos a recuperar o tempo que efectivamente se foi esgotando na discussão e na análise dos planos de pormenor, para avançarmos naquelas obras que são obras claramente assumidas como necessárias, o alargamento de uma ponte para que enfim, o rio tenha outro tipo de escoamento, é indiscutível, e portanto todas essas obras já estão em fase final de entrega para se começar exactamente na execução do programa.

No que diz respeito à Comissão do centro Histórico, imediatamente antes de entrar aqui na sala, o Sr Presidente da Assembleia tinha-me referido que o Conselho Consultivo tinha sido criado na anterior legislatura mas que no entanto entendia que se deveria manter e que portanto iria entrar em conversações com os vários líderes dos diversos partidos para depois se voltar a constituir formalmente o Conselho Consultivo do Centro Histórico, que é como diz quer dizer, a Comissão de Acompanhamento do Programa POLIS acaba por ter um conhecimento directo do que se passa a nível do centro histórico, uma vez que o plano do centro histórico entra no programa POLIS. No entanto, há outras questões do centro histórico, que eu pessoalmente entendo que faz sentido que exista esse Conselho Consultivo.

Relativamente às duas questões colocadas pelo Sr. Deputado Francisco, uma delas é pertinente, que é efectivamente a questão da possibilidade de se poder fornecer em instrumentos informáticos, é uma questão de analisarmos, a outra é uma questão de gestão do hospital, não há uma acção social da Câmara que resolva o problema do hospital, de exigir que as televisões tenham moeda ou não, quer dizer, quanto muito pode a Assembleia Municipal fazer uma recomendação à administração do hospital para acabar efectivamente com isso, mas é uma decisão que deve ter um outro peso que não a acção social da Câmara, e eu acho que deve ser a Assembleia Municipal porque tem claramente um outro peso pela própria envolvente dos diferentes componentes deste órgão. Existe um representante da Assembleia Municipal, tal e qual como foi dito aqui uma vez quando foi eleito, disse aqui que durante os quatro anos anteriores, penso que o Deputado Jorge Vieira está presente, foi ele que tinha sido eleito pela Assembleia para representante no Conselho Geral de Administração do Hospital St.º André, e durante os quatro anos de mandato aquele Conselho nunca reuniu, portanto ele nunca teve oportunidade de dizer lá o que é que pensava. Agora acho, mas isto é uma opinião minha, se a Assembleia achar que isso é uma questão tão pertinente e tão importante que o deve propor ao Conselho de Administração do Hospital.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.ª Presidente.

Se estão esclarecidos passaríamos alínea seguinte deste período de "antes da ordem do dia" e tem a ver com a apreciação de assuntos de interesse para o concelho de Leiria - intervenção dos Srs. deputados.

Estão abertas inscrições para este ponto, quem se quer inscrever?

Sr. Deputado Manuel Carvalho, faça favor.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de Azoia)

Manuel Carvalho Presidente da Junta de Azoia.

Sr.ª Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Deputados da Assembleia Municipal. A todos boa noite.

Estou aqui para apresentar unicamente uma sugestão, apresento-a por pensar que a mesma tem utilidade para o concelho e por isso espero que seja bem acolhida e que se possa concretizar. A sugestão consiste numa visita a cada uma das freguesias do concelho, a efectuar a um domingo e uma por mês. Dei em primeira mão conhecimento desta sugestão à Sr.ª Presidente por saber que também aos domingos, a sua agenda está sempre preenchida e por entender que a sua presença é indispensável, por isso quis saber qual a sua disponibilidade.

Como a Sr.ª Presidente entendeu que a sugestão tinha todo o interesse em concretizar-se, trouxe-a hoje aqui.

A sugestão consiste numa visita a realizar a cada uma das freguesias do concelho, como disse. Uma por mês e a um domingo. A visita destina-se essencialmente aos Srs. Presidentes de Junta acompanhados pela Sr.ª Presidente, Srs. Vereadores e Vereadoras e também pelo Presidente da Assembleia Municipal. Do programa consistirá a ida em autocarro da Câmara à freguesia a visitar, e cada anfitrião será o guia. Entendo que se deveria ocupar preferencialmente a manhã e que se pudesse participar na Missa da Paróquia, o Presidente da Junta como bom anfitrião, ofereceria o almoço. Como estamos no início do mandato e se começássemos brevemente, teríamos tempo para percorrer todas as freguesias, e daí tirar alguns proveitos, principais objectivos: permitir a todos os intervenientes terem um conhecimento mais completo do concelho do qual cada freguesia é uma das partes; avaliar o que se tem feito em cada uma das freguesias e conhecer as maiores carências; trocar impressões, ideias e partilhar experiências sobre o que se tem feito, o que há a fazer, o melhor modo de executar. Esta partilha pode ajudar a evitar cometer erros, a encontrar formas de financiamento e a racionalizar os escassos meios financeiros das freguesias. Sensibilizar os autarcas para a comunhão de esforços, para possíveis parceiras entre as Juntas; Encontrar algum tempo para o

convívio de forma a aumentar os laços de camaradagem, reforçando a amizade entre esta família de autarcas do Município de Leiria, sem prejuízo das diferenças ideológicas partidárias e de trabalho que cada um por si se comprometeu e se compromete a efectuar.

Fica a sugestão, se entenderem façam chegar a vossa ideia. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel José Carvalho, faça favor.

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO(CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. Deputados, Comunicação Social.

Que cidade!

Saí da auto-estrada num expresso em direcção à central de transportes, bem localizada logo à saída da auto-estrada. Rodeada de espaços verdes e com dezenas de autocarros estacionados; apanhei com facilidade um transporte urbano não poluente, um mini-bus, para o centro da cidade, tive o privilégio de passar pelo rio e pela zona histórica com espaços pedonais e zonas verdes, o rio que bonito, aquela praia fluvial com crianças a tomar banho, os barcos a passear, as esplanadas viradas para o rio, os passeios, as calçadas para as pessoas passearem, fazerem exercício, andar de bicicleta. Passei pelo edifício das telecomunicações e a central de correios, que belo edifício, quantos espaços de estacionamento! E o Centro de Congressos da cidade? Tão bem situado naquele Parque de Exposições, onde por coincidência estava a decorrer a feira anual, acordei. A final era um sonho, a realidade é um pesadelo!

Isto a propósito Sr.ª Presidente do início da Feira de Maio, programado para amanhã. É confrangedor ver uma das portas de entrada da nossa cidade, atafalhada com feirantes até à entrada, até à estrada, e o estacionamento dos visitantes? E o barulho dos moradores de uma zona nobre da nossa cidade? Até quando esta situação

em Leiria? Que tem Leiria a menos que Coimbra, Figueira da Foz, Aveiro, Guimarães, Braga entre outras cidades de igual dimensão como a nossa?

Gostava de ouvir a sua opinião Sr.^a Presidente.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado Sr. Deputado.

A Sr.^a Presidente depois no final responderá às questões colocadas.

Faça favor Sr.^a Deputada Laura Esperança.

DEPUTADA LAURA ESPERANÇA(Presidente da Junta de Freguesia de Leiria)

Boa noite, Laura Esperança, Presidente da Junta de Freguesia de Leiria e representante das Juntas de Freguesia do concelho, Delegada ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, eleita na Assembleia Municipal passada, do dia 28 de Fevereiro, de 202.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos membros da Mesa da Assembleia Municipal de Leiria, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, órgãos de comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

É com muita honra e orgulho que tomo a palavra essencialmente pela obrigação que sinto em dirigir-vos algumas palavras, por me terem dado a possibilidade de representar as Juntas de Freguesia do concelho, em tão enriquecedor e participado congresso.

Este meu sentimento, creio, que é naturalmente extensivo quer à nossa Presidente da Câmara Municipal, que pertenceu à Comissão organizadora do congresso, bem como ao representante da Assembleia Municipal de Leiria, o Sr. Adélio Amaro, sendo que o meu pela parca experiência que possuo nestas actividades, dado que apenas tenho tomado conhecimento delas através da comunicação social, teve um valor

acrescentado, porque quem se está a iniciar nestas actividades, melhor desempenhará os seus cargos, se as conhecer por dentro e por fora.

Estou igualmente reconhecida a todos, os que em mim votaram, e creiam que irei procurar retribuir essa confiança e esse prestígio com mais acção e empenho neste movimento associativo, bem como, no fortalecimento do meu desempenho ao serviço da autarquia a que presido, com o mais empenhado espírito de serviço à comunidade.

Bem hajam por isso, aos que me propuseram e aos que em mim votaram.

A todos os presentes, por não podermos ir todos, quero igualmente dar-vos a conhecer em breves palavras, do muito que aconteceu e que aprendi, durante os dois dias do congresso, exactamente nos passados dias 12 e 13 de Abril, bem como distribuir-vos um pequeno documento que elaborei, com informações que me pareceram de utilidade. Contém a lista dos novos corpos sociais eleitos e principalmente o documento que vai servir de orientação, que se chama "Linhas Gerais e Actuação da Associação Nacional de Municípios Portugueses" para este novo mandato.

Assim, fiquei muito satisfeita por ver tão elevado número de autarcas e refiro-me aos Presidentes de Câmara que estiveram presentes durante os dois dias, e do clima de dinâmica e compreensão para os factores de evolução como dinâmicas sociais, que nós autarcas, desejamos que sejam cumpridos por quem decide e comanda, essencialmente no que concerne ao respeito pela necessidade absoluta da descentralização do poder central e das transferências das novas competências para as autarquias, num País que se quer activo, moderno e com respostas em tempo útil; Pela definição clara de poderes e actuações entre os diversos poderes, essencialmente o poder central e o poder autárquico, Câmaras e Juntas de Freguesia, e da imperiosa necessidade de igualmente as dotarem de meios financeiros, humanos e de autoridade legal. Pela concretização de algumas reivindicações que são de facto muito pertinentes e justas e que constam dos documentos que elaborei para vos distribuir (estão ali alguns que eu distribuiria e depois no fim, penso que era possível

se fazer a inscrição ali através da Teresa para depois quando se fizessem a próxima comunicação se enviar conjuntamente, não sei se é possível....) embora neste caso e no que diz respeito às Juntas de Freguesia, não me pareceu que na ocasião constituísse um factor de esclarecimento, do seu futuro modelo de actuação. Senti que as Câmaras e porque também concerteza que não era o objectivo, desejam que as Juntas de Freguesia sejam parceiros privilegiados, para que pelo princípio da subsidiariedade, razão pelo qual foram criadas, possam executar com menores custos e consumo de meios, e obter o máximo de eficácia na resolução dos problemas que afectam as populações, possibilitando que estas vivam com mais qualidade de vida, sobre todas as suas vertentes.

Aproveito para referir, que reiterarei no local à ANAFRE, a Associação Nacional de Freguesias que esteve representada, a disponibilidade da Junta de Freguesia de Leiria aí acolher provisoriamente a futura delegação distrital das ANAFRE, em Leiria, e prestar-lhe todo o apoio para que se venha a constituir a Delegação, tão breve quanto possível.

Foi igualmente com satisfação que ouvi, na intervenção de Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro, Dr. Durão Barroso, que a contenção orçamental prevista não enquadrava as autarquias e cito : "... o Governo não vai exigir à autarquia e às autonomias regionais, mais do que se exige a si próprio..." e afirmou que inclusivamente já poupou largos milhões de Euros a nível de Gabinetes. De igual modo com satisfação, votei uma lista única consensual para a Mesa do Congresso, Conselho Geral, Conselho Fiscal e Conselho Directivo, esta última em que uma das vice-presidente é a nossa Presidente da Câmara, Dr.ª Isabel Damasceno Campos e o seu suplente, o Presidente da Câmara Municipal da Batalha, o Sr. António Lucas.

E para terminar, gostaria de apresentar para ser deliberado, um voto de louvor e de congratulação, para ser enviado ao Presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com o seguinte teor:

" A Assembleia Municipal de Leiria, manifesta simbolicamente um voto de louvor e congratulação pelo seguinte.

A honra e o prestígio para o Município de Leiria, pela eleição da nossa Presidente da Câmara, Dr.^a Isabel Damasceno como vice-presidente do Conselho directivo da Associação nacional de Municípios Portugueses;

Envia os parabéns ao Presidente eleito, o Dr. Fernando Ruas, mui distinto Presidente da Câmara Municipal de Viseu, eleito PSD, bem como, manifesta o apoio às linhas de actuação que apresentou.

E de igual modo, congratula-se com a eleição de todos os autarcas eleitos, em especial aos autarcas do distrito, esperando que de facto, o esforço de todos contribua para um Portugal mas descentralizado e um Portugal com o poder local mais qualificado."

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^a Deputada.

Este voto que propõe que seja votado, no final das intervenções eu irei colocá-lo à votação.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Uma intervenção muito breve, que ao mesmo tempo é um desafio para o Sr. Presidente da Assembleia, no sentido de saber em matéria da Ota, como sabem as forças políticas do nosso concelho sempre se manifestaram a favor do aeroporto da Ota, não só pela sua importância estratégica essencial para o desenvolvimento e para o futuro do País mas também, em termos do desenvolvimento das regiões onde se inclui também o concelho de Leiria e, a pergunta que deixava e o desejo é no sentido de saber se a maioria que sustenta esta Assembleia e no seguimento aliás de promessas também do PSD nas últimas eleições, está disponível e interessada, ou até sente motivação, no sentido de desencadear um vasto movimento que lute pela

concretização desse tão importante projecto para o desenvolvimento do País, porque estou preocupado com a situação de congelamento da decisão, que me parece e sobretudo nesta corrida para o desenvolvimento que opõe Portugal e Espanha, é extraordinariamente decisivo que possamos dentro dos prazos que foram estudados e previstos, termos o aeroporto da Ota a funcionar.

Aproveitava esta intervenção no sentido de, obviamente fico satisfeito por saber que há pessoas de Leira que foram eleitas no Congresso, concepção independentemente dos partidos, eu perguntava á Presidente da Junta de Leiria se de qualquer forma não queria transformar a sua proposta num reconhecimento ou seja, não haver uma proposta ficar apenas essa posição, parece-me demasiado excessivo dar louvor a um homem só porque há pessoas da nossa terra que fazem parte de uma lista, parece-me pouco próprio. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Não sei se a Sr.ª Presidente de Junta quer responder já á sugestão apresentada pelo Sr. Deputado ou intervir depois no fim?

Intervém no fim, sim senhora.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Febra.

DEPUTADO ANTÓNIO FEBRA(Presidente da Junta de Freguesia da Maceira)

Boa noite, António Febra, Presidente de Junta da Maceira.

Sr.ª Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. membros desta Assembleia, senhores da comunicação social, a minha intervenção decorre antes de mais, da necessidade de reflectir sobre o papel e a actuação das nossas Juntas de Freguesia, no contexto do concelho. Pretendo apresentar um momento de reflexão, sobre a interpretação das necessidades das Freguesias, em particular da Freguesia de Maceira, e bem assim uma proposta que espero venha a ser considerada e discutida em sessão pública desta Assembleia.

Antes de mais permitam-me fazer uma alusão ainda que muito pessoal, acerca do papel assumido por muitas freguesias do País, na condução dos destinos das comunidades locais, o carácter disperso, pontual, não articulado e relativamente pouco eficiente, os projectos conduzidos e remetidos para as Juntas de Freguesia produzem muitas vezes intervenções um pouco inócuas, desprovidas de ponderada relevância e utilidade pública para a população que eleger os seus mais directos representantes. Mas certamente que não é culpa dos eleitos locais, é antes mais o produto da ineficiência do sistema de financiamento das Juntas e Lei de bases das suas atribuições e competências. Numa linha de total entrega e de defesa dos interesses da população, reafirmo, pois é necessidade de implementação de um projecto coerente, de condições base, transferencia de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Cada uma das novas atribuições a descentralizar, deverá em minha opinião ter uma relação directa com o objectivo fundamental de aproximar os serviços e os centros de decisão, dos cidadãos utentes, com evidente benefício para estes. Tem isto a ver com a proximidade ao cidadão e a maior facilidade em que este solicite, exija, aquilo a que tem direito, quer isto dizer, que novas responsabilidades que decorram da delegação de competências, ao serem aceites devem também prever que terão de ser exercidas com níveis quantitativos e qualitativos superiores à capacidade de intervenção operacional dos actuais serviços de manutenção da Câmara Municipal, que se encontram mais distantes e alheios a muitos problemas sentidos pela população, por mais pequenos que sejam.

O actual sistema não é gerador da eficácia que desejamos. O modelo de transferencia de competências que preconizo, não deve ser universal, isto é: deverá depender da vontade e da capacidade de cada Junta de Freguesia em absorvê-las.

A dimensão, população, estrutura, os níveis de desenvolvimento e também os estrangulamentos e constrangimentos, devem merecer tratamento de intervenções desiguais, por forma a serem corrigidas as assimetrias locais.

Neste elenco de questões, interessa ainda salvaguardar, que é preciso estabelecer uma clara diferença entre construir um equipamento ou infra-estruturas e a responsabilidade em proceder à respectiva conservação e assegurar o seu funcionamento. Se em relação à construção, criação, será difícil perspectivar um critério de distribuição de recursos justo e ponderado em função das necessidades de cada localidade e de dispor dos meios técnicos e recursos necessários à sua execução. Pelo que, deverá ser tarefa da competência da Câmara Municipal. Conservação e funcionamento será fácil determinar custos padrão e por isso delegar atribuições nas Juntas de Freguesia, peço pois ao executivo e à Assembleia Municipal que estabeleçam um quadro de competências de valorização das freguesias, ao abrigo da Lei n.º 23/97.

Reafirmo pois a determinação da Junta de Freguesia de Maceira, em assumir novas atribuições, destacando algumas que considero de particular relevância para a autarquia : Manutenção e conservação de bermas e passeios, conservação e manutenção de caminhos vicinais, manutenção de arruamentos e seu calcetamento ou repavimentação e higiene e limpeza de bermas, passeios e outras infra-estruturas de utilização colectiva, manutenção e criação de espaços verdes, manutenção da rede pública de estabelecimentos escolares, jardins de infância e escolas primárias(posso acrescentar que, algumas dessas responsabilidades já foram entregues). Para tanto, importa que no âmbito da delegação destas competências e à luz da lei, a Câmara Municipal assumna na programação dos seus orçamentos anuais, os valores a activar a favor das Juntas e em particular da minha freguesia, e instrumentalize a distribuição desses recursos.

Proponho ainda, que se criem instrumentos de mobilidade de recursos humanos, nomeadamente os legalmente previstos através da requisição ou destacamento e com respeito por todos os direitos dos funcionários e agentes do Município afectos às áreas de manutenção e conservação, tendo em vista o exercício das novas competências por parte da Junta de Freguesia. Para que este sub-sistema seja

viável, torna-se também necessário salvaguardar o apoio directo ao investimento inicial, para montar estruturas e equipas operacionais de manutenção, mesmo que as dotações financeiras a transferir para as Junta sejam deferidas no tempo para solver aos compromissos a assumir, com locação financeira ou outra forma de financiamento.

Não queremos perder o alento, a motivação e a vontade que nos moveu para conduzir os destinos das nossas Juntas. Não queremos lutar que nem "Quixote de La Mancha" contra os moinhos de vento de vãs promessas de campanhas políticas em períodos pré-eleitorais, temos a vontade de querer fazer.

Em jeito de conclusão e expondo de forma clara os objectivos desta intervenção, venho legitimamente apresentar a esta Assembleia e ao executivo da Câmara Municipal, a seguinte proposta:

"1 - definição e apresentação de mapas de planeamento organizado, das actividades da Câmara nas Juntas de Freguesia;

2 - Definição de um programa-base de transferência de competências para as Juntas de Freguesia de acordo com a dimensão e a capacidade para absorvê-las;

3 - Nomeação de uma comissão mista de acompanhamento deste programa com representantes do erário municipal e das Juntas e Freguesia;

4 - Definição de uma política de distribuição de recursos financeiros em função de indicadores já referenciados neste discurso, por forma a instrumentalizar a transferência de novas atribuições;

5 - Aplicação da Taxa de Inertes prevista na Lei das Finanças Locais e regulamentação da transferencia das receitas para as Juntas de Freguesia onde são explorados estes recursos do nosso subsolo.. "

É tudo. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Miguel Martins, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MARTINS(PPD/PSD)

José Miguel Martins, PSD.

Boa noite, começando por realçar o esforço que tem sido feito, não só a nível da Câmara como também dos SMAS no tocante a saneamento, no intuito da melhoria da nossa qualidade de vida, pretendo deixar aqui um alerta para situações que devem ser acauteladas com vista à melhoria do nosso meio ambiente. Assim, sendo uma tarefa que compete a todos nós e principalmente aos autarcas de uma dezena de freguesias envolventes, há que sensibilizar as populações e até agir de forma firme para que se acabe de vez com os abusos da destruição dos nossos ribeiros e como exemplos cito: Ribeira dos Milagres e do Sirol, Ribeiras de Pinto e Murtoelhos.

O problema não está só a nível das ETAR'S mas sim e principalmente a todos os irresponsáveis que fazem permanentes descargas à margem do que está legislado, arrasando toda a vida animal, culturas e arvoredo das regiões afectadas, além do perigo a que sujeitam a saúde pública.

Ainda como referência, estou em condições de afirmar que na madrugada do último domingo para segunda feira, foi feita uma descarga na ribeira dos Milagres, que provocou a revolta das pessoas atingidas e constatei até, que numa zona de um faial, junto à estrada nacional n.º 109, na Ponte da pedra, estaria prevista uma zona de lazer e que a iniciativa está a ser posta de parte pelos investidores, devido ao estado da água e consequentes maus cheiros.

Não podemos esperar que todos estes problemas sejam resolvidos com a cobertura nos próximos três anos de quase cem por cento do saneamento do nosso concelho, passa por todos nós, com trabalho e dedicação corrigir o que de mal tem sido feito.. Cabendo aqui referir que: com uma descentralização digna e justa grande parte destes problemas possam ser resolvidos.

Terminando, desejo deixar uma sugestão, pois sabendo todos nós o esforço que a Câmara tem feito para recuperar edifícios antigos, talvez seja de considerar a recuperação da antiga casa Mouzinho de Albuquerque , na Gândara, enquanto existem vestígios da capela, escadaria, salão e biblioteca. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Dava agora a palavra ao Sr. Deputado José Pedrosa.

DEPUTADO JOSÉ PEDROSA(PS)

José Pedrosa, partido Socialista.

Digníssima mesa da Assembleia, Sr.ª Presidente da Câmara e vereação, digníssimos Membros da Assembleia Municipal, eu vou ser breve.

Numa tarde cinzenta de Fevereiro, eu passava junto ao Paço Episcopal onde estavam os portões da vedação abertos, e eu deparei-me com um espectáculo, que fez com que eu parasse o meu carro e puxasse da máquina fotográfica e registasse aquilo que via, ruínas arqueológicas. Vim a saber que houve dois jornais da nossa terra, que já tinham referido o acontecimento, mas porque me parece que é um assunto demasiadamente importante, eu gostaria que aos membros desta Assembleia fosse dado algum conhecimento particularizado, desta situação. É tudo.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gois Martins.

DEPUTADO GOIS MARTINS(PPD/PSD)

Boa noite, Gois Martins, PSD.

Sr.ª Presidente, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados;

Sr. Presidente, tal como referiu há pouco, com o término da última legislatura, cessaram funções todas as Comissões que tinham sido eleitas para acompanhar os vários processos que estavam em curso, nomeadamente a Comissão Municipal de Segurança, a Comissão Municipal de Trânsito, a Comissão Municipal para acompanhamento do EURO 2004, a Comissão Municipal para acompanhamento do processo do PDM e outras. Julgo que, é de todo o interesse que essas Comissões sejam repostas porque o trabalho que elas vinham fazendo no acompanhamento destes processos, são de todo o interesse quer para as instituições que os estão a desenvolver quer para esta assembleia, quer para os munícipes para que saibam o que é que vai acontecer em cada um destes projectos. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado Sr. Deputado.

Sr.ª Deputada Isabel Gonçalves, faça favor.

DEPUTADA ISABEL GONÇALVES(PS)

Muito obrigada Sr. Presidente, a quem cumprimento bem como aos Srs. Secretários e à Sr.ª Presidente da Câmara.

Companheiros, eu sou Isabel Gonçalves, do Partido Socialista. Eu estou aqui precisamente para congratular-me também como cidadã de Leiria, pelo eleição da nossa Presidente, Dr.ª Isabel Damasceno, para vice-presidente do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, portanto, irei votar favoravelmente e com muito orgulho e muita honra.

Por outro lado, também queria que ficasse aqui registado, a nossa congratulação, pela passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, que felizmente decorreu com harmonia, decorreu em paz e num dia bonito. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.ª Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Lavos, Presidente de Junta de Carvide, faça favor.

DEPUTADO JOAQUIM LAVOS(Presidente da Junta de Freguesia de Carvide)

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr.ª Presidente da Câmara, Srs. vereadores, Srs. Deputados, representantes da comunicação social, Joaquim Lavos, Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, PSD.

Quando nós, Presidentes de Junta, fomos eleitos, assumimos grandes responsabilidades, perante as populações que representamos, responsabilidades de várias ordens. Estamos neste momento aqui para discutir uma peça fundamental do nosso ano de acção, até mesmo dos nossos próximos anos, mas não é sobre isso que eu venho falar, isso é uma preocupação demasiado grande, esperamos quanto a isso que a Sr.ª Presidente da Câmara e Vereadores façam porque estamos em tempo de vacas magras, o que estiver ao seu alcance para que as freguesias sintam o menos possível as dificuldades que têm no dia a dia.

O assunto principal que me traz aqui está relacionado com a saúde, que é um outro problema deste País. Carvide tem um médico colocado, de quadro, e tem outro que nos últimos anos, tenho aqui uma lista que mandei obter hoje no Centro de Saúde de Carvide, contei os nomes e tem aqui, se não estou em erro, dezanove nomes, nos últimos anos passaram dezanove médicos pelo posto de Carvide, dezanove médicos a recibo verde. A médica que está lá hoje, é uma excelente médica, dizem os utentes que se dirigiram à Junta de Freguesia, manifestou o seu desejo e gosto de lá estar mas que não vai poder continuar porque concorreu para outro lado e de facto não está interessada em lá ficar com recibo verde, talvez isto seja um exemplo daquilo que acontece pelo País e por isso mesmo, eu queria pedir aqui à excelentíssima Assembleia e ao Sr. Presidente da Mesa, que fizesse eco deste problema, que fizesse chegar a quem de direito porque as populações têm direito a ter médico e

devemos prestar-lhe esse serviço, devemos colocar à sua disposição o médico a que elas têm direito. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente.

Penso que não há mais ninguém inscrito, e daria por fim a palavra ao Sr. deputado Adélio Amaro e aproveitava também para pedir ao 1º Secretário, Deputado Paulo Reis, para tomar o seu lugar na Mesa.

2.º SECRETÁRIO(ADÉLIO AMARO)

2.º Secretário, Adélio Amaro.

Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, excelentíssima Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Leiria, excelentíssimos Srs. Vereadores, ilustres elementos da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores da comunicação social. No dia 28 de Fevereiro, nesta mesma sala, tive oportunidade de vos dar a conhecer um movimento pretendido por nove Juntas de Freguesia, sendo cinco delas do nosso concelho., o Movimento intitulado "Protecção do Rio Lena". Após dois meses, é com satisfação que vos anuncio que este Movimento já é uma realidade e que no próximo dia 10 de Maio será assinado um acordo de colaboração, entre as Juntas de Freguesia de três concelhos: Batalha e Golpilheira do concelho da Batalha, S. João e S. Pedro do concelho de Porto Mós, Azoia, Barreira, Barosa, Leiria e Parceiros, do concelho de Leiria.

Não vos vou incomodar com os objectivos deste Movimento, como porta voz nomeado pelos nove Presidentes de Juntas já referidas, terei todo o gosto em vos dar a conhecer este projecto através de uma apresentação pública, para a qual Vossas Excelências estão convidados. Contudo, gostava de deixar bem claro, que este movimento não será apenas mais um grupo de indivíduos que falam e nada fazem, na procura de imagem pública, muitas vezes alcançada por ideias contraditórias, transmitidas aos vários órgãos da comunicação social. As nove Juntas de Freguesia irão lutar com todos os meios disponíveis, para que este rio seja novamente o orgulho

dos habitantes dos concelhos em causa. Por isso, não iremos apenas defender zonas urbanas, como certas autoridades de Leiria o fazem; autoridades essas que apenas se preocupam com o Rio Lis quando este apresenta maus cheiros na zona urbana da cidade; autoridades que chegam ao ponto de pedir a desactivação da ETAR X ou Y em prol de descargas directas; autoridades que se esquecem que os rios Lis e Lena, têm dezenas de quilómetros fora do limite urbano da cidade de Leiria; autoridades essas que não se lembram que de nada vale despoluir e limpar o Lis na zona urbana da cidade leiriense, sem que os afluentes de ambos os rios sejam tratados devidamente; autoridades que apenas surgem, quando o Lis sofre certas descargas; autoridades que aparecem na imprensa, apenas com a contabilização dos peixes mortos. Estas atitudes, fazem-me recordar o amor/paixão de Jean Gutteon, quando este afirmava ".. é um fogo, um braseiro que queima mas que não ilumina..".

Srs. Presidentes, Srs. Vereadores, ilustres Deputados, o Rio Lena no concelho de Leiria, não existe. Aquilo que observamos todos os dias, é um esgoto a céu aberto, por isso e muito mais, o Movimento de Protecção não pretende ser um grupo que se aproveitará da desgraça do Lena e das respectivas populações, para aparecer na imprensa como soubesse tudo. Este Movimento trabalhará baseado na máxima de Pavese "...Tu serás amado no dia em que possas mostrar a fraqueza, sem que os outros se sirvam disso para afirmar a sua força...". Este Movimento irá trabalhar com pés, tronco e membros, este Movimento acredita que o diálogo com os empresários, pode ser o princípio de um conjunto de iniciativas para a resolução de problemas do Lena e dos respectivos afluentes. Não teremos qualquer tipo de problema em solicitar uma audiência aos responsáveis do Ministério do Ambiente ou outras entidades. Lutaremos em nome das nossas populações, para isso é que fomos eleitos, acreditamos no soneto de distância de Morais Lopes, quando este sonhava escrevendo "...A voz há-de chegar aonde eu não fui...".

Por isso e muito mais, o Rio Lena a partir do dia 10 de Maio, terá formalmente uma equipa constituída por nove Juntas que tudo farão para que o rio volte a ter vida.

Será um Movimento disponível para aceitar todas as ideias; Será um Movimento que aceitará a união com outras freguesias; Será um Movimento dará prioridade à acção e remeterá para segundo plano, as palavras de promoção individual.

Este Movimento, tem o apoio das três Câmaras Municipais, Batalha, Leiria e Porto Mós e acredita que todos vós, eleitos pelos cidadãos leirienses, irão contribuir para de uma vez por todas, unirmos os devidos esforços no sentido de reabilitar o Lena e restantes afluentes. Este grupo, acredita que ainda é possível salvar o Lena.

Termino esta minha intervenção, com a afirmação de Guizot, "...O mundo pertence aos optimistas, os pessimistas serão meros espectadores...".

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Este foi o último deputado a intervir no período de "antes da ordem do dia", antes de passarmos à votação do Voto de Louvor apresentado pela Sr.ª Presidente de Junta de Leiria, eu daria a palavra à Sr.ª residente para responder às questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)

Sim senhor.

Em relação à grande maioria das intervenções enfim, eu registei com agrado, muitas das sugestões que aqui foram apresentadas e que eu julgo que são importantes na prestação que todos pretendemos seja cada vez melhor. Quer no que diz respeito a todos estes movimentos de protecção ambiental, é evidente que por muito que as entidades oficiais o façam se não houver uma sensibilização cívica para a protecção do ambiente, evidentemente que não vamos a lado nenhum. E estas sensibilizações cívicas começam efectivamente nas pessoas, nas crianças e julgo que nas crianças muita coisa tem sido feito nos últimos anos, mas também através destes movimentos, movimentos da sociedade civil que têm um papel importantíssimo e portanto registei esta reflexão que o Deputado Adélio fez, mais uma vez com um contributo de

cidadão alerta pelo ambiente, bem como ali o nosso amigo Martins dos Marrazes, que efectivamente são questões fundamentais.

Apesar de muito se estar a fazer e efectivamente não conseguimos melhor ambiente se não tivermos o problema do saneamento básico resolvido, isso é uma evidência, não temos as nossas linhas de água poluídas se não conseguirmos dar condições aos cidadãos comuns e das empresas e enfim, de toda a actividade económica ter forma de resolver o problema dos seus esgotos e portanto, há uma caminhada longa ainda a fazer mas muito tem sido feito, de qualquer maneira é importantes esta atitude cívica.

Relativamente à sugestão apresentada pelo Sr. Presidente da Junta da Azoia, ele referiu isso mas eu queria aqui reconfirmar a minha total disponibilidade para levarmos a efeito o programa que ele sugeriu. Penso que é uma ideia interessante, a base ele explicou-a , mas a base principal da razão de ser da proposta está no facto de achar que é fundamental que todos os Presidentes de Junta conheçam a realidade do concelho, o concelho já é muito grande, são muitas freguesias, a verdade é que por vezes nós estamos à conversa com determinado Presidente de Junta, contamo-lhe uma realidade porque vem em atalho de foice, do que é que se fez na freguesia A ou na freguesia B, e eles não conhecem de todo e portanto, julgo que é efectivamente uma ideia interessante e da minha parte a disponibilidade total para a colocar em acção.

Por último e antes de passar aqui a palavra ao Vereador Vítor Lourenço, que julgo que é a pessoa indicada para dar algum pormenor relativamente à questão das descobertas arqueológicas na ex-casa do Bispo, eu só queria aqui responder ao Sr. Deputado Manuel José Carvalho, da seguinte forma: Continue a sonhar porque é importante, é bom que vá apurando os seus sonhos porque não há-de faltar muito tempo para que muitos deles sejam realidade.

DR. VÍTOR LOURENÇO(VEREADOR)

Relativamente à questão que foi colocada dos esclarecimento pedido sobre os achados arqueológicos que foram encontrados no edifício privado como toda a gente sabe, o edifício que foi licenciado pela Câmara Municipal e pelas entidades da tutela nomeadamente o IPPAR, ficou consignado nesse licenciamento, por proposta nossa, sabendo que ali passava nos tempos medievais, século XIII e XIV, o Rio Lis e a partir do século XVI ali continuou a passar e a circular água na chamada "Vala Real", que depois se desloca para a zona do jardim, nós propusemos na fase de licenciamento, que a obra fosse acompanhada por arqueólogos. Portanto, o proprietário privado que levou a efeito a empreitada, contratou uma equipa de dois arqueólogos que, licenciou o acompanhamento arqueológico junto do Instituto Português de Arqueologia, através da sua delegação em Torres Novas que, diariamente acompanharam aquela escavação. O nosso trabalho inicial foi exactamente este aqui na fase de licenciamento, digamos, obrigar a uma coisa que mais uma vez o IPPAR se esqueceu que foi obrigar a que este tipo de intervenção no centro histórico tivesse acompanhamento arqueológico, já tinha acontecido noutras situações de obras licenciadas pelo IPPAR e que nós propusemos e obrigámos a que tivessem este acompanhamento. Aqui aconteceu isso, no dia em que a primeira estrutura foi descoberta nós fomos avisados pela equipa das duas arqueólogas que trabalhavam no acompanhamento da obra, e imediatamente destacámos também o arqueólogo da Câmara Municipal e o Técnico do Património para acompanhar a escavação diariamente.

Assim foi feito e foi pedida a intervenção do IPA, do Instituto Português de Arqueologia e do IPPAR, depois de muita insistência nossa e de pedido escrito da minha parte, o IPPAR deslocou-se a muito custo, depois de eu ter pedido ao Delegado regional de Coimbra, a pedir-lhe que mandasse uma equipa cá porque me estava a parecer que havia alguma dificuldade de acerto de justificação de tratamento aquele achado arqueológico, aconteceu que essas entidades vieram ao local e nos mandaram

uma comunicação escrita dizendo que o achado para eles não tinha interesse nenhum e portanto não davam qualquer parecer sobre a necessidade da sua preservação. Nós tínhamos pedido antecipadamente logo no dia em que tivemos conhecimento a três técnicos de Leiria, que nos dessem um parecer escrito, ao Dr. Saúl António Gomes, ao Dr. Jorge Estrela e ao Dr. José Ruivo, que nos dessem um parecer escrito por voluntarismo apenas, sem qualquer tipo de obrigação, isso foi-nos dado, guardámo-lo connosco, conversámos com o dono da obra que teve um exemplar tratamento daquele trabalho, já o referi em comunicação ao IPA e ao IPPAR em carta que lhes escrevi no fim das coisas terem acontecido lastimando a sua forma de intervenção, porque o achado foi considerado pelos três técnicos como de interesse relevante, esqueci-me de referir o Presidente da Associação Portuguesa de Museologia que também a meu pedido veio a Leiria e deu um parecer escrito sobre o assunto, portanto, o achado é uma estrutura construtiva de um moinho medieval dos finais do século XIII princípio do século XIV, de um moinho de água dos tanques que havia no Rio Lis e que continuaram a existir até aos nossos dias, estava exactamente com dois arcos bem mantidos e punha-se o problema do seu tratamento. É evidente que a melhor forma de o tratar era deixá-lo no local, mas deixá-lo no local de uma obra que tinha mais três pisos para descer na sua construção no meio do parque de estacionamento subterrâneo seria difícil sem o retirar. A proposta que foi discutida entre nós com o proprietário da obra que mais uma vez encontrou técnicos capaz de mexer no assunto, ele próprio encontrou técnicos que conseguiram estudar uma forma de remover a construção intacta do local, ela está preservada e vai ser reposta num dos patamares exactamente no sítio onde ela estava, musealizando o próprio espaço. Tal como acontece noutros sítios da Europa e já também num ou noutro sítio em Lisboa, vamos ter portanto um preservado, a memória histórica com o objecto técnico e científico preservado no local depois deste percurso.

Na verdade, aquilo que ficou escrito de todo este processo foi a ineficácia e o desprezo que o IPPAR de Coimbra e de certa forma a delegação de Torres Novas do

IPA, que deram no tratamento a este achado de importância histórica e interessante para Leiria, pelo menos pelo valor simbólico, como sabem as primeiras indústrias de Leiria nasceram com a indústria moageira, foi isto. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado Sr. Vereador.

Antes de pormos à votação este voto de louvou apresentado, eu queria responder ao desafio que me fez o Sr. Deputado Luís Pinto, não sei se na qualidade de Deputado municipal se potencial Ministro das Obras Públicas, mas no seguimento das promessas do PSD, eu quero dizer que durante a campanha eleitoral para as legislativas, quero dizer que o PSD de Leiria continua solidário e coerente com aquilo que sempre defendeu. A haver construção do novo aeroporto vai ser com toda a certeza na Ota, agora o Sr. Deputado está preocupado com a evolução rápida de todo este empreendimento mas eu estou mais preocupado porque de facto não se consegue construir aeroportos sem dinheiro e de facto, o que me preocupa mais é o estado em que o PS deixou o País, o que inviabiliza a construção deste aeroporto e de muitas outras obras que necessitamos é verdade não é SR. Deputado? Mas é uma das nossas preocupações e continuamos coerentes e defendemos que a ser construído vai ser na Ota, seguramente.

Em relação à sugestão e ao pedido de informação apresentado pelo Sr. Deputado Góis Martins, quero dizer que efectivamente os representantes dos vários grupos municipais irão reunir, eu vou sugerir e vou enviar até uma carta a marcar essa reunião para o próximo dia 9 de Maio, às vinte e uma horas, aqui na Câmara Municipal, para nós avaliarmos e analisarmos todas as Comissões que existiram na legislatura anterior, para assim podermos retomar aquelas que acharmos conveniente que venham a ser retomadas. Portanto, assim como uma sugestão que já foi apresentada nesta legislatura, a criação de uma comissão de acompanhamento da saúde no concelho de Leiria, a qual também iremos analisar se houver interesse por parte dos grupos municipais, em formar essa comissão de acompanhamento.

Queria dizer que há aqui na Mesa uma Moção, que já sofreu algumas alterações e foram aceites pela proponente e que eu passaria a ler:

"

" A Assembleia Municipal de Leiria, manifesta simbolicamente um voto de louvor e congratulação pelo seguinte:

1. A honra e o prestígio para o Município de Leiria, pela eleição da nossa Presidente da Câmara, Dr.^a Isabel Damasceno como Vice-Presidente do Conselho directivo da ANMP;
2. Envia os parabéns ao Presidente eleito, o Dr. Fernando Ruas, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, bem como, manifesta o apoio às linhas de actuação que apresentou.
3. E de igual modo, congratula-se com a eleição de todos os autarcas eleitos, em especial aos autarcas do distrito, esperando que de facto, o esforço de todos contribua para um Portugal mas descentralizado e um Portugal com o poder local mais qualificado."

Estas alterações foram sugeridas pela Sr.^a Deputada do Partido Socialista e aceites pela proponente, a Sr.^a Deputada Laura Esperança.

Portanto quem é que se quer pronunciar sobre este Voto de Louvor?

Não havendo ninguém inscrito passaríamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Cinco abstenções do Partido Socialista.

Está aprovado por maioria.

Terminado que está este período de "antes da ordem do dia", penso que cumprimos o período de tempo estipulado tendo em conta as intervenções dos Srs. Presidentes de Junta, que têm legitimamente e por direito próprio tempo acrescido, iríamos entrar

na Ordem de Trabalhos.

Todos têm este documento, não sei se alguém se quer pronunciar?

Entretanto eu pedia aos Srs. Vereadores Dr. José Manuel Silva e Dr.ª Manuela, o favor de tomarem os seus lugares aqui junto dos colegas.

Uma vez que ninguém se quer pronunciar sobre este relatório e como era só para tomar conhecimento, considera-se o mesmo apreciado.

Passaríamos de seguida ao segundo ponto.

**2. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS E OBRIGAÇÕES
PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO NOS TERMOS DO
N.º 2 DO ART.º 49.º DA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**
- Apreciação

Os Srs. Deputados não receberam este relatório, mas como diz o próprio ponto, por força da Lei ele deveria ser executado pela Câmara e enviado aos Srs. Deputados, no início de cada ano ou seja, na segunda sessão da Assembleia Municipal.

A Sr.ª Presidente tem razões que vai transmitir aos Srs. Deputados, já o transmitiu à Mesa, eu pedia então à Sr.ª Presidente que desse conhecimento dos motivos que levaram a que o mesmo não tivesse sido enviado.

PRESIDENTE DA CÂMARA (Dr.ª Isabel Damasceno)

Apenas uma explicação prévia que, aliás, faz parte da própria deliberação de Câmara em que é aprovado as grandes opções do plano, faz parte do texto que eu aqui vou ler:

Aconteceu isto em vários Municípios do País, é uma realidade constatada pela própria Associação Nacional de Municípios e assumida também pelo próprio Governo, que este ano é o designado ano zero de implantação do POCAL. Como tal, é evidente que alguns documentos que vão sendo elaborados e que fazem parte do conjunto do pacote de arranque do POCAL, há um conjunto de documentos que vão sendo elaborados ao longo do ano para efectivamente estar tudo com as necessidades absolutas documentais, em termos contabilísticos, no ano de 2003. E portanto, o que é que era pedido, efectivamente é um documento que está a ser elaborado, muito em breve virá a esta Assembleia, portanto há apenas aqui um dilatar no tempo. É esta explicação que é dada, houve efectivamente impossibilidade prática de fazer elaborar todos os documentos necessários ao arranque em pleno do POCAL, isto é uma realidade que aconteceu na grande maioria das Câmaras do País e como eu vos posso dizer constatado na própria Associação de Municípios. Estamos em elaboração das normas de controlo interno, até ele estar pronto a Câmara naturalmente continua a utilizar os procedimentos de controlo actualmente em vigor e portanto não há aqui qualquer tipo de alteração em termos de controlo da situação contabilística, há apenas um adiamento da apresentação da documentação que aqui é exigida complementarmente.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.ª Presidente.

Explicadas que foram as razões que levaram a que este ano não fosse enviado este documento, o qual ainda poderá vir este ano, conforme foi dito pela Sr.ª Presidente, passávamos então ao ponto n.º 3.

Quem é que se inscreve?

Deputado Manuel José Carvalho, faça favor.

DEPUTADO MANUEL JOSÉ CARVALHO (CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Manuel José Carvalho, Cidadãos Independentes.

Em relação a este ponto, é uma nota de cariz político se assim se poderá dizer.

De acordo com o Regimento da nossa Assembleia, o artigo 12.º diz que a convocação destas Assembleias devem ser feitas com o mínimo de oito dias, realmente a convocatória chegou com o mínimo de oito dias. Embora não seja expresso no regimento que a documentação apensa à convocatória deve ser entregue também com o mínimo de oito dias, necessariamente isso está implícito. Acontece que, dada a extensão desta matéria em apreciação, alguns dos textos chegaram com três dias úteis de antecedência em relação a esta Assembleia, é-nos manifestamente impossível e penso que na maioria dos Srs. Deputados aqui presentes, produzir um voto consciente acerca da matéria que está em análise. Necessariamente queria deixar aqui presente, que de futuro, nomeadamente quando as matérias fossem tão importantes como estas em apreciação, que houvesse um esforço para que os textos chegassem em tempo útil aos Deputados para se poderem pronunciar.

Nesse sentido, os nossos votos acerca dos pontos nomeadamente os que irão ser abordados, entre o ponto três e o sete serão realmente pontos que nós nos reservamos o direito de definir o nosso voto mas sempre condicionado a esta circunstância. Ouve manifestamente pouco tempo para nós apreciarmos em consciência estes pontos em análise. Obrigado

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado.

Sr. Deputado Luís Pinto, faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

De facto Sr. Presidente, não é a primeira vez que nos dirigimos a V.Ex.a, no sentido de fazer este reparo, não é manifestamente possível, com a quantidade de documentação que recebemos, uma ordem de trabalhos desta importância, podermos em consciência e tal como a nossa posição exige, que é analisar em pormenor todos os documentos, fazê-lo para podermos aqui projectar análises e podermos fazer propostas ou podermos no fundo fazer a fiscalização que nos obrigamos a partir do momento em que somos eleitos, o Sr. Presidente prometeu a esta Assembleia que essa era uma das situações que seria ponto de honra, seria o cumprimento dos prazos, da apresentação da documentação, começamos mal numa ordem de trabalhos desta natureza. De qualquer forma o Partido Socialista abstendo-se de fazer como gostaria uma análise rigorosa em relação a cada um dos documentos, e porque facilmente e sobretudo através dos desvios que este relatório apresenta em relação aos montantes aprovados e denotando uma das críticas que havíamos feito aquando da apresentação do plano e orçamento que era o facto de, não sendo possível angariar todo o dinheiro que estava previsto, saber qual seria o critério e as prioridades pelas quais iríamos investir nesta ou naquela área, nesta ou naquela freguesia. E por isso, razões suficientes para que a bancada do Partido Socialista e porque também em relação ao Plano de Actividades e ao Orçamento para 2002, mais uma vez e quase que podíamos repetir a nossa intervenção do ano passado, mais uma vez estamos a funcionar perante números inflacionados, que resultarão em obras que estavam previstas que não serão necessariamente concretizadas e isso ao não haver uma calendarização e um conjunto de prioridades no caso de haver este ou aquele montante, resulta que a nossa intervenção não é mais do que a passagem de um cheque em branco que não podemos aceitar. E por isso, em relação a este ponto, ao ponto quatro e cinco, o Partido Socialista vota contra.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Deputado Paulo Pedro, Presidente de Junta.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente de Junta da Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente de Junta da Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Efectivamente como vínhamos dizendo há quatro anos a esta parte, a freguesia tem sido manifestamente prejudicada em relação ao desenvolvimento dos planos de actividade da Câmara Municipal e mais uma vez constatamos este ano, que assim se mantém esta situação. Se das poucas obras que o ano passado tínhamos incluídas, obras e investimentos que tínhamos incluídos pela Câmara Municipal no seu Plano de Actividades, a maior parte deles senão a totalidade, passaram para o plano deste ano. E isso vem mostrar claramente que tínhamos razão, eu dou alguns exemplos, sobretudo exemplos de obras que andam há muitos anos, algumas delas há décadas nos planos de actividades da Câmara Municipal, ou pelo menos há mais de uma década, nomeadamente as Estradas das Matas, que o ano passado estavam inscritas e que a obra não foi feita durante o ano passado, este ano não a vejo inscrita mas penso que poderá haver alguma rubrica para fazer as estradas das Matas, a aquisição de um terreno que não foi efectuada o ano passado, unicamente por culpa da Câmara Municipal, portanto eu já comecei a ouvir aqui uns rumores que a culpa era da Junta de Freguesia, não é verdade, os papeis estão cá há muito tempo e a escritura anda para ser feita há um ano e tal e até me envergonha um bocado essa situação, porque o proprietário acordou com a Câmara a venda, mas nunca mais ninguém lhe disse mais nada, e portanto, é uma situação que eu acho que não tem nada de bonito e a Câmara Municipal não fica nada bem nesta fotografia.

O mercado da Praia do Pedrogão, uma obra que também já anda há muitos anos em Plano de Actividades e que mais uma vez passou para este ano. Portanto, neste contexto, claramente que temos razão quando dizemos que não temos tido obra efectiva, na Freguesia do Coimbrão e nomeadamente na Praia do Pedrogão. Aqueles

arruamentos na Praia do Pedrogão, que pretendíamos ver inscritos aqui, para acalmar as pessoas que tanto se manifestam contra o mau estado, a degradação daqueles pavimentos na Praia do Pedrogão que estão em calçada, nomeadamente na Rua Adelaide Félix e a Rua Eng.º Duarte Pacheco, e nesta perspectiva mais uma vez notamos essa injustiça Sr.ª Presidente, e não tínhamos outra alternativa tanto na questão do relatório de actividades e na conta de gerência como, no plano de actividades para o ano que vem, com este andamento que tínhamos dos últimos anos não temos outra alternativa senão votar contra. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente de Junta.

Sr. Presidente de Junta de Regueira de Pontes, Deputado Luís Carvalho.

DEPUTADO LUÍS CARVALHO(Presidente de Junta da Freguesia de Regueira de Pontes)

Luís Carvalho, Presidente de Junta de Regueira de Pontes.

Realmente todos os Presidentes de Junta se manifestam um bocadinho injustiçados com os orçamentos, não sei se serão todos, eu da minha parte falo assim, mas de qualquer maneira como sou pobre mas não sou mal agradecido, agradeço as migalhas do bolo que sobraram aqui para a Freguesia de Regueira de Pontes. Sabendo eu que há Juntas de Freguesia que têm dinheiros a prazo e coisas do género e normalmente são sempre beneficiadas com os orçamentos camarários, a Junta de Freguesia de Regueira de Pontes, a única coisa que tem a prazo são dívidas e que por este andar, continuarão a prolongar-se, vão ficando mais a prazo, vão sendo remodeladas.

Continuem assim, que vão no caminho certo. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente de Junta.

Antes de passar a palavra à Sr.^a Presidente, relativamente a este ponto, vou pô-lo à votação, apesar de alguns dos intervenientes já terem começado a falar sobre os pontos seguintes, mas é este ponto que está em apreciação e portanto depois da votação pedirei à Sr.^a Presidente para falar sobre o mesmo.

Quem é que vota contra o relatório de Actividades e Conta de Gerência de 2001?

Oito votos contra do PS.

Quem se abstém? Nove abstenções do PS, Independentes e do PP.

Este ponto foi aprovado por maioria, com oito votos contra do e nove abstenções.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.^a Isabel Damasceno)

Bem eu acho que à excepção de uma pergunta muito concreta, foram ali colocadas duas ou três observações pelo Sr. Presidente da Junta do Coimbrão, quanto ao resto eu queria apenas fazer uma explicação das ideias base do plano e do orçamento para 2002.

São muito fáceis de explicar, porque são fundamentalmente duas ideias base: Em primeiro lugar, a prioridade ao saneamento básico, é significativo e isso é constatado nos próprios números, as verbas significativas que são transferidas para os Serviços Municipalizados com o objectivo de dar continuidade a um ritmo que é um ritmo oportuno que tem a ver com o facto de estarmos no período áureo do III Quadro Comunitário de Apoio e que efectivamente é importantíssimo aproveitarmos, esses fundos, evidentemente como é sabido, o III Quadro Comunitário não contempla a totalidade das verbas para as obras e portanto há uma componente que é uma componente municipal, essa componente é assegurada pelos Serviços Municipalizados, que não têm naturalmente receitas próprias para dar cobertura a um esforço tão grande de investimento em termos de saneamento básico. Portanto o Orçamento e o Plano transmite claramente este grande objectivo.

É fundamental que estando a SIMLIS neste momento como é sabido, a realizar as obras das redes em alta, constituída pelos emissários e pelas ETAR'S, que neste

caso Leiria, será apenas uma ETAR, é fundamental que haja um acompanhamento por parte das Câmaras e neste caso da Câmara de Leiria, no que diz respeito à continuidade da realização das obras de saneamento, no que diz respeito a redes em baixa e portanto, esta é a prioridade número um. É evidente em termos de números, é evidente em termos de opções, inclusivamente do ponto de vista de recurso ao crédito, aparece apenas um empréstimo de trezentos mil contos que já foi autorizado o ano passado e que vai ser utilizado este ano exclusivamente para os Serviços Municipalizados, exclusivamente para saneamento e para a água, para os casos de reforço de água, esse empréstimo não foi utilizado o ano passado por uma razão, porque o III Quadro Comunitário acabou por vir a dar efeitos práticos do ponto de vista de receitas a partir de meio ano nem tanto, para os Serviços Municipalizados praticamente só no terceiro trimestre de 2001, para as obras da Câmara mais tarde ainda, e portanto não houve necessidade porque como não houve resposta do ponto de vista de aprovação de candidaturas, não houve necessidade de recorrer aos trezentos mil contos que tinham sido autorizados em termos de empréstimo. De maneira que, este ano há um esforço significativo em termos de saneamento básico, este é o primeiro princípio, o primeiro pensamento que é traduzido nas grandes opções.

O segundo, é efectivamente o dar continuidade a uma série de obras que se tinham iniciado o ano passado, e que têm a sua continuidade obrigatória do ponto de vista físico e temporal durante o ano 2002, e que tem a ver muitas delas como dizia ali o Sr. Deputado Paulo Pedro, uma estrada das Matas que está prevista penso eu, nas intempéries, que é uma rubrica genérica para a qual foi também contraído um empréstimo específico com condições especiais o ano passado e como tal, tem um reflexo evidente este ano do ponto de vista financeiro, porque é uma rubrica genérica, não estão lá explicadas porque enfim na altura, quando foi aprovado o empréstimo tiveram conhecimento, e o resto são uma continuidade dos trabalhos que estavam em curso a nível das escolas, a nível dos pavilhões, a nível dos arruamentos, a

nível da requalificação urbana, a nível das habitações sociais, é exactamente a grande estratégia que aparece evidenciada. Bem como, algumas introduções de novas obras sobretudo no que diz respeito à educação, às escolas, à habitação social que não aparece expressa na Ortigosa mas é uma realidade para este ano, é um projecto que está em termos de elaboração finalizado e vai-se abrir concurso, e portanto há muitas rubricas que não aparecem especificadas por freguesia, nomeadamente esta que eu acabei de referir, porque sendo o nosso plano um plano muito exaustivo, são muitas freguesias, há muitas obras, há alguma tendência para nalguns casos fazer alguma agregação na designação das próprias obras.

Queria apenas dar aqui uma explicação ao Presidente da Junta do Coimbrão, porque como sempre exagerou. Não anda há dez anos a tratar do terreno seguramente, comigo anda há quatro anos e mal o senhor descobriu o terreno a Câmara decidiu comprar ou seja, não andamos dez anos a pensar se devemos ou não comprar o terreno. Foi uma evidência para nós, que não foi difícil de entender que era importante comprar o terreno, efectivamente deliberou-se de imediato, o senhor sabe que demorou-se muito tempo a tratar da papelada e depois desde o final do ano passado, mais ou menos que estava pronta portanto há meio ano se tanto, naturalmente que houve necessidade de fazer a respectiva perspectiva de tesouraria porque é um pagamento significativo, para se proceder ao pagamento. Agora, não é nenhum projecto que vem de há dez anos vem de há pouco tempo e houve de imediato a sensibilidade desta Câmara de fazer a respectiva aquisição.

E só um esclarecimento, a intervenção que as Câmaras estão a fazer, não é só a Câmara de Leiria, nas estradas das Matas, mais uma vez estão a ultrapassar as competências que devem ser do Estado, quem deve tratar das estradas das Matas, é o Governo e o Governo nunca o fez, por muita pressão que o Sr. Presidente da Junta fizer e que nós fizéssemos e que os Presidentes das Câmaras aqui à volta que também têm situações idênticas venham a fazer ao longo do tempo. Mas a verdade é que não faz e as Câmaras e as Juntas de Freguesia mais uma vez, confrontadas com o

problema, estão a ultrapassar até do ponto de vista legal, se calhar ilegitimamente, as suas competências, para resolver um problema que é um problema das populações, e sem ter qualquer tipo de contrapartida do ponto de vista do Governo. Portanto, é só uma nota que estamos nesse caso concreto a ultrapassar as nossas competências, relativamente a uma missão que é uma missão do poder central. Isto acontece em relação às estradas das Matas como acontece em relação aos postos médicos, como acontece em relação à acção social, como acontece em relação a várias coisas, à própria população e que são as Câmaras que estão a exercer funções porque o poder central abdica de as exercer e por isso não faz absolutamente nada e tem que ser as autarquias a resolver esse problema.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^a Presidente.

O Sr. Deputado Paulo Pedro deseja intervir? Faça favor.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente de Junta da Freguesia do Coimbrão)

É só um pequeno esclarecimento.

O que se passa é que efectivamente com o terreno a Junta de Freguesia entregou na Câmara Municipal todos os documentos para ser feita a escritura na há um ano, tratámos de todos os documentos e eles estão cá todos e o negócio foi decidido já vai fazer dois anos. Efectivamente os documentos caducaram todos e o que me envergonha mais é que todas as semanas me era dito que para a semana isso iria ser tratado, isso envergonha-me, eu tenho gabinetes nesta casa em que todas as semanas eu lá vou perguntar como é que está a escritura e amanhã faz-se a deliberação para ir a reunião de Câmara, depois começa-se a pensar na escritura e vamos passar nisto mais algum tempo, tenho a certeza absoluta.

Relativamente à estrada das matas Sr.^a Presidente, elas estavam nas intempéries mas também estavam numa rubrica do plano, estavam em dois lados, eu até fiquei todo contente porque pensei que íamos fazer duas em vez de uma, mas não, só fazemos uma e é este ano. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Então passaríamos à votação do quarto ponto.

4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA PARA 2002 - Apreciação, discussão e votação;

Quem é que vota contra? Onze votos contra.

Quem é que se abstém? Sete abstenções

Este ponto está aprovado por maioria com onze votos contra do PS e dos Independentes e sete abstenções do PP e do PS.

Passamos ao ponto n.º 5.

5. ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA. PARA 2002 - Apreciação, discussão e votação;

Estão abertas as inscrições para este ponto.

Estão três Deputados inscritos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Susana Ervilha, faça favor.

DEPUTADA SUSANA ERVILHA(CIDADÃOS INDEPENDENTES)

Boa noite, Susana Ervilha, Cidadãos Independentes.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr.^a Presidente de Câmara, restantes Vereadores, Srs. Deputados e demais presentes.

Apesar dos documentos não nos terem chegado com uma antecedência suficiente para os podermos analisar, numa análise superficial que nos foi possível fazer, detectámos algumas irregularidades no nosso entendimento, que eu passo a expor assim muito brevemente:

De acordo com a acta da aprovação do orçamento e das grandes opções do plano da Câmara Municipal de Leiria, a introdução do POCAL, com os conceitos de gestão patrimonial e de contabilidade orçamental integrando esta a contabilidade geral e a contabilidade analítica, tem como objectivo principal a apresentação clara, completa e transparente das contas desta instituição, como se de uma empresa privada se tratasse. Ora, se os objectivos são estes, é nosso entendimento que o aparecimento no orçamento de rubricas residuais ditas "outras", deveriam e deverão apresentar valores muito pouco significativos. Mas esta situação não é o que sucedeu no anexo 16 da conta de gerência de 2001, nem a que sucede no orçamento para 2002. No primeiro documento a que me referi, o conjunto das rubricas identificadas por "outras", representa 17,7% do total das despesas ou seja, cerca de dois milhões de contos em nove milhões e quatrocentos mil contos totais de despesas.

Quanto ao orçamento para 2002, no mapa de resumo das receitas e das despesas, o conjunto das rubricas "outras", representa menos de 1% do total das despesas ou seja, mais ou menos oitocentos mil contos. No entanto, quando folheamos os documentos de suporte que lhe são seguintes, verificamos que só em duas pequenas rubricas, que surgem na página quatro, com duzentos e oitenta mil contos e na página seis com novecentos e vinte mil contos, é ultrapassado aquele valor, refira-se que

estas duas rubricas aparecem englobadas nas demais rubricas do referido resumo inicial, e não nas ditas outras ou seja, parece que estão disfarçadas.

Em conclusão, continuamos sem saber qual o conteúdo de todas as rubricas "outras" constantes do orçamento.

DEPUTADO FRANCISCO DO ROCIO FRANCISCO(PP)

Boa noite, Francisco Francisco do PP.

Apesar de não ter tido tempo para ler todo o processo, só recebi isso hoje de manhã (a culpa não é vossa), eu penso que este orçamento de 2002 não é exequível. Eu gostaria de dar os parabéns à Sr.^a Presidente e à sua equipa se daqui a um ano eles conseguissem, porque realmente se olharmos para o do ano passado, as freguesias levaram menos 70% daquilo que foi orçado, se neste momento este orçamento é parecido senão superior ao do ano passado, seria óptimo que conseguíssemos, penso que o Governo já nos avisou, o Presidente da Associação de Municípios disse a semana passada na televisão, que as Câmaras se preparassem, porque as suas receitas seriam inferiores em cerca de 4% das deste ano. Se a Câmara tem orçamento muito, muito superior ao do ano passado, se já o ano passado não conseguiu porque faltaram quase 50% dos valores que foram orçados, se muitas das rubricas que temos neste orçamento foram executadas o ano passado, pelo menos algumas obras, eu conheço-as e sei que já foram executadas e aparecem agora no orçamento, portanto, se parte destas verbas já estão consumidas, se o EURO 2004 não pode ser penalizado, é pena que sejam as freguesias se calhar, a pagar a factura.

No entanto, eu dou os parabéns à Sr.^a Presidente, porque eu penso que o saneamento é uma prioridade altíssima para esta freguesia e ela sabe e todos sabemos que muitos dos nossos rios são fossas a céu aberto, as valetas são esgotos, eu quero dar os parabéns por terem o saneamento como prioridade e a acção social e a formação. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Deputado.

Sr. Presidente de Junta da Bajouca, Deputado José Soares, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ SOARES(Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca)

José Ferreira Soares, Presidente de Junta da Freguesia da Bajouca.

Sr.ª Presidente, com este orçamento, eu quero-lhe pedir que continue a fazer papeis porque se o deixar de os fazer, muitos de nós ficamos a leste, não sabemos de nada. Porque enfim, há quem viva no mundo mas há quem viva num outro, e às vezes esquecemo-nos de olhar para o lado, para ver como é que o outro vive. As pessoas têm o orçamento na mão, não é preciso procurar muito, poderão encontra que freguesias como a Bajouca e outras, nas transferências correntes calham quatro mil Euros, há outras com oito, treze e dezassete mil Euros, é uma diferença muito grande. Vamos para as transferências de capital, o orçamento prevê vinte mil para a Bajouca, há outras com quarenta, cinquenta, setenta, oitenta, cem mil e por aí fora. Ora isto o que é que quer dizer? Uns vivem na abundância e outros na miséria, uns conseguem ter funcionários, outros para atenderem o público tem que ser o Presidente, depois de um dia de trabalho, ao fim de semana podiam ir descansar, etc, etc, isto porque não conseguem ter sequer um funcionário. Isto ainda em relação ao orçamento penso que é pena, que neste não esteja já prevista a transferência de verba para as freguesias mais pobres isto é, aquelas em que os Presidentes de Junta não têm direito a um ordenado mas têm direito a uma esmola e se os Presidentes de Junta que têm direito a ordenado o Governo paga-lho, entendo que o orçamento da Câmara devia prever uma verba para as freguesias em que os Presidentes só têm direito à esmola para não terem ainda que vir regatear esta miséria que lhes é concedia. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr. Presidente de Junta da Bajouca.

Sr.ª Presidente de Junta de Souto da Carpalhosa, faça favor.

DEPUTADA SUSANA SILVA(Presidente de Junta da Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Susana Silva, Presidente de Junta de Souto da Carpalhosa.

A questão que eu venho aqui colocar, é um pedido de esclarecimentos. De facto quais são os critérios que se estabelecem quando se determinam os quantitativos em relação às transferencias de capital, em relação às freguesias, que de facto eu não sei se é um critério territorial, se é um critério de população, se são todos eles em conjunto mas não me parece que seja, era isso que eu gostaria de ver esclarecido. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Não havendo mais inscrições, eu dava a palavra à Sr.ª Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)

Antes de se fazerem insinuações convém perguntar, não é Sr.ª Deputada?

Eu só queria dar aqui um primeiro esclarecimento em relação à Sr.ª Deputada Susana Ervilha. Em primeiro lugar, a conta de gerência de 2001 é apresentada de acordo com as regras do POCAL, porque em 2001 não havia POCAL; as regras do plano e do orçamento para 2002, nomeadamente orçamento, é POCAL, o que eu lhe posso garantir é que foram cumpridas rigorosamente as regras previstas em termos de lei do POCAL. Se me diz que há uma rubrica que tem "outras", é porque é possível, posso lhe afiançar que é claramente isso e posso lhe dizer mais, já vi orçamentos de outras Câmaras, poucos são aqueles que têm uma discriminação tão exaustiva das várias obras que se vão fazer, dos vários que eu vi, utilizam muito mais os genérico "outras ou "diversas", do que propriamente aqui na Câmara de Leiria, em que nós tentamos descrever exaustivamente o mais possível, as diversas acções que vão ser levadas a efeito. Agora o que eu lhe posso garantir é que, há um cumprimento rigoroso das regras do POCAL, os serviços aplicaram rigorosamente as regras do POCAL no que diz respeito à elaboração do orçamento.

Relativamente ao Sr. Deputado Francisco Francisco, o que eu lhe posso dizer também é que o senhor deve ter baralhado a conversa do Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios, também me fica bem como é evidente, defendê-lo, porque o Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios não disse garantidamente que iam cortar 4%, ele disse que se oporia sempre a qualquer tipo de corte no futuro.

E mais, as verbas previstas para transferência no ano de 2002, estão assumidas e por escrito pelo anterior Governo, porque quando nós elaboramos o orçamento isto é, em Novembro ou em Dezembro ou até mais cedo, temos sempre conhecimento de quais são as verbas que o Governo vai fazer no ano seguinte e ninguém vai mexer este ano nestas verbas que estão perfeitamente assumidas, estamos a falar nomeadamente este ano. Evidentemente que o orçamento para o ano que vem apesar de isto ser plurianual em termos de plano, tem uma perspectiva de verbas que depois pode não ser realmente verdade, agora, relativamente ao ano de 2002 as verbas estão perfeitamente assumidas e todos nós sabemos que verbas é que vamos receber. Queria-lhe dizer mais, em relação à previsão da receita, é evidente que nós estamos no período áureo conforme eu já disse, do III Quadro Comunitário de Apoio, se não conseguirmos efectivamente neste momento as receitas que aqui são esperadas para essa rubrica, nunca mais vamos conseguir, porque o ano passado nós tivemos ao contrário do que se imaginava inicialmente quando fizemos o plano, todos nós estávamos convencidos de que no ano de 2001 ia ser um ano de funcionamento em pleno do III Quadro; Não foi. Andou-se meio ano a definir as regras das candidaturas, ou seja, custos padrão para as estradas, para o saneamento, quer dizer, meio ano foi gasto a fazer isso, a partir daí foram apresentadas as candidaturas, depois foi não sei quanto tempo a analisar as candidaturas de acordo com os custos padrão, porque cada candidatura que a Câmara faça, eu quando digo Câmara digo Câmara/SMAS, porque as candidaturas dos SMAS têm exactamente o mesmo tratamento que as candidaturas da Câmara, são apresentadas na CCR em Coimbra, são analisadas do ponto de vista técnico, e está a imaginar todas as Câmaras

com não sei quantas candidaturas paradas , para logo quando houvesse luz verde avançarem, caíram em catadupa candidaturas da CCR de que não faz a mínima ideia, são analisadas do ponto de vista técnico, a seguir vão a uma reunião de uma chamada unidade de gestão que é constituída por técnicos da CCR, é importante que as pessoas saibam estes trâmites todos e é por isso que eu estou aqui a contar em pormenor, nessa unidade de gestão têm sempre os técnicos da CCR que apresentam a própria candidatura, têm assento Presidentes de Câmara de outras Câmaras completamente diferentes daquela que está em análise, são eleitos para esse efeito a nível do concelho da região e depois dessa análise toda feita é que é aprovada ou reprovada a candidatura. Depois disso vão para o Sr. Secretário de Estado que dá um parecer e vão à Ministra de então e que agora também é, para homologação.

Este circuito todo, cujas primeiras candidaturas foram apresentadas só a partir de metade do ano, evidentemente que deu como reflexos, só um exemplo para os senhores perceberem, que a candidatura que nós apresentámos para o Nó desnivelado da Cruz d'Areia e a circular, só este ano é que começamos a receber dinheiro, como sabem ficou pronta muito antes do final do ano passado. E isto é visível, se repararem no relatório financeiro que foi apresentado neste primeiro período do ano, o reflexo significativo de aumento de receitas de capital que está a haver face ao primeiro período do ano passado, é precisamente o efeito prático das candidaturas que temos apresentado e que tem sido muito nomeadamente a nível do saneamento básico, temos milhos em termos de contos, de candidaturas apresentadas. E, neste momento elas estão a chegar aprovadas e estão a dar o efeito prático do ponto de vista de retorno financeiro, isto não aconteceu o ano passado, foi realmente um ano complicado do ponto de vista do funcionamento do III Quadro e que esperamos, temos a certeza neste momento que não acontecerá este ano porque as coisas já estão oleadas, já estão a correr sobre rodas em termos de análise das candidaturas, em termos da nossa própria apresentação das candidaturas porque as regras do III Quadro não eram iguais às do segundo, e portanto também houve

candidaturas que foram e que tiveram voltar para ser corrigidas enfim, todas estas coisas têm os seus trâmites normais e portanto neste momento já estamos a receber as verbas todas dessas candidaturas atrasadas.

Portanto, uma das verbas que é significativo é daí que veio e que justifica o desvio do ano passado. Segundo, são aliás duas grandes rubricas que justificam o desvio do ano passado, foi a venda dos terrenos da Cova das Faias. É sabido e reconhecido que foi um projecto cheio de vicissitudes, nem todos os projectos correm bem, o projecto da Cova das Faias não correu bem e porquê? Porque existia um projecto inicial que serviu de base ao lançamento do concurso e de arranque da obra, que era um projecto manifestamente insuficiente com grandes fragilidades e que teve que vir a ser recuperado em termos de correcções, ao longo da obra. Portanto nós entendemos que não era justo para os cidadãos compradores, obrigá-los entre aspas a fazer as escrituras e a pagar o diferencial e que é significativo sem ter o mínimo de condições para iniciar as obras dos seus respectivos equipamentos (pavilhões, empresas, etc), neste momento, estamos a fazer as escrituras todas, noventa por cento das escrituras estão a ser feitas este ano, prevíamos que fossem feitas o ano passado é evidente que sim, tiveram arrastamento por esta razão objectiva, houve vicissitudes naquele projecto, por responsabilidade da Câmara no seu todo, não interessa dizer de quem foi mas houve e portanto nós temos que assumir estas responsabilidades sem penalizar o cidadão que comprou o terreno a preços, que efectivamente todos nós Câmara nos agradou, mas que foram enfim bem pagos, foi o mercado que assim impôs, e portanto têm que ser bem tratados e não podemos estar a obrigá-los a fazer as escrituras sem terem as mínimas condições.

Portanto é uma perspectiva optimista mas é realista em relação ao ano de 2002 porque digo-lhe uma coisa, é efectivamente um ano importantíssimo para a realização de receitas, nomeadamente através do terceiro quadro, porque estamos no auge do terceiro quadro e daqui para a frente começam-se nalguns eixos prioritários, a esgotar plafonds e portanto nós estamos a aproveitar todas as candidaturas

possíveis e imaginárias. As Juntas de Freguesia podem apresentar também candidaturas agora têm é que depois ter a respectiva verba para suportar porque eu já disse que o terceiro quadro não financia cem por cento, financia setenta e cinco por cento da grande maioria das candidaturas e das obras e depois há 25% que têm que ser suportados pelas entidades que lança as obras .

Relativamente à pergunta da Deputada Susana Silva sobre a distribuição das verbas é assim: as transferencias de capital da Câmara para as freguesias, é um complemento do ponto de vista de transferencias daquilo que recebem directamente

do Estado, porque há uma transferencia directa do Estado para as Juntas de Freguesia. A Câmara entendeu aliás, já era um hábito da Câmara anterior, que deveria complementar porque o dinheiro que recebem é claramente insuficiente assim como aquele que nós mandamos como é lógico. Esse reforço é feito da mesma forma com que são usados os critérios da verba que o Governo nos manda ou seja, tem em conta a população, a área geográfica e tem em conta o Sr. Vereador vai explicar direitinho como é que feita a distribuição, para eu não me enganar.

ENG. ° FERNANDO CARVALHO(VEREADOR)

É uma verba que é equitativamente distribuída por todos, são 10%, depois há uma parte de 40 a 45%, que tem a ver com a área territorial e a restante parte com a população.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.ª Presidente.

Oh Sr.ª Deputada não há dialogo, se quiser intervir vem aqui acima para ficar registado. Faça favor.

DEPUTADA SUSANA SILVA(*Presidente de Junta da Freguesia de Souto da Carpalhosa*)

Susana Silva, Presidente de Junta de Souto da Carpalhosa.

Então nós estamos a falar das transferencias correntes ou estamos a falar das transferencias de capital que é aquilo que tem a classificação do 08?

PRESIDENTE DA CÂMARA(*Dr.ª Isabel Damasceno*)

Eu estou a falar das transferencias de capital!

DEPUTADA SUSANA SILVA(*Presidente de Junta da Freguesia de Souto da Carpalhosa*)

Pronto eu fico esclarecida, mas não consigo entender dentro desse critério os montantes!

PRESIDENTE DA CÂMARA(*Dr.ª Isabel Damasceno*)

Vamos lá a ver, eu não sei que papel é que está a ler mas está a ler um papel que no fim faz um resumo total de cada Junta de Freguesia? É isso?

DEPUTADA SUSANA SILVA(*Presidente de Junta da Freguesia de Souto da Carpalhosa*)

Não, eu estou a ver o orçamento de 2002!

PRESIDENTE DA CÂMARA(*Dr.ª Isabel Damasceno*)

Exactamente, há uma folhinha que salvo erro está aqui na página 2, que diz "transferencias correntes" certo? E depois tem Juntas de Freguesia - transferencias correntes e depois tem na mesma folha transferencias de capital e outra vez as Juntas de Freguesia certo? Nestas transferencias de capital tem duas

componentes: não é só aquela transferencia mensal, tem a transferencia mensal, bem como o somatório das outras rubricas que por delegação de competências vão para as Juntas de Freguesia, faço-me entender? Se tiver por exemplo uma estrada a fazer por delegação de competências, no orçamento e no plano tem lá rua tal, entre parêntesis Junta de Freguesia, esse valor somado com a transferencia mensal vezes doze, dá o total da transferencia de capital .

DEPUTADA SUSANA SILVA(Presidente de Junta da Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Porque os critérios que me estavam a dar são os das transferencias correntes e não os das transferencias de capital

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)

Estava a falar das transferencias de capital mensais e não das mensais daquelas que estão divididas em parcelas.

DEPUTADA SUSANA SILVA(Presidente de Junta da Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Ou seja, nesta segunda parte não há critério?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)

Há !Vamos lá ver se lhe consigo explicar outra vez.

As transferencias de capital têm dois elementos. Têm um elemento que é mensal e que é de acordo com aquele critério que o Sr. Vereador aqui explicou mais em

pormenor e depois no resumo final do orçamento a essa parcela mensal vezes doze que dá um terminal de número X, é somado aquilo que eventualmente seja feito por delegação de competências numa Junta de Freguesia.

DEPUTADA SUSANA SILVA(Presidente de Junta da Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Aí é que está a minha dúvida, quais são os critérios da segunda ou não os tem?

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)

Das delegações de competências? Ouça, tem critérios de acordo com as disponibilidades das respectivas Juntas de Freguesia.

Já explicámos aqui várias vezes, que não fazemos delegações de competências em Juntas de Freguesia para fazer uma estrada, ou para fazer uma escola, ou para fazer um arranjo de um posto médico ou de um polidesportivo descoberto, etc, sem haver disponibilidade dessa mesma Junta de Freguesia. Porque algumas obras que nós temos feito e que poderiam ser delegadas nas respectivas Juntas de Freguesia, aliás, nós no último ponto da Assembleia, temos precisamente duas pequenas obras em duas escolas, de duas Juntas de Freguesia, e essas Juntas de Freguesia mostraram-se disponíveis para serem eles a levar a efeito essas duas obras. Está certo? E portanto em vez de ser a Câmara a fazer, delegou.

DEPUTADA SUSANA SILVA(*Presidente de Junta da Freguesia de Souto da Carpalhosa*)

Ou seja, o critério destas transferencias é a capacidade de aceitação da Junta de Freguesia !

PRESIDENTE DA CÂMARA(*Dr.ª Isabel Damasceno*)

Exactamente, e a necessidade da obra, são esses dois critérios.

PRESIDENTE DA MESA (*JOSÉ ANTÓNIO SILVA*)

Obrigado.

Vamos colocar à votação este ponto e há depois aqui uma proposta que tem como objectivo aumentar as receitas de capital do executivo que eu depois iria pôr à discussão no final da votação do orçamento e esta proposta é do Presidente de Junta da Maceira. Eu não sei bem aonde é que hei-de enquadrar esta proposta que entendo ser bastante pertinente mas depois talvez me ajudem nesse sentido.

Quem vota contra este orçamento? Onze votos contra.

Quem se abstém? Sete abstenções.

Está aprovado por maioria com onze votos contra e sete abstenções.

Vamos passar ao ponto n.º 6.

6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (2002-2005) DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE LEIRIA- Apreciação, discussão e votação;

Estão abertas as inscrições.

O Sr. Presidente de Junta de Regueira de Pontes quer intervir? Faça favor.

DEPUTADO LUÍS CARVALHO (Presidente de Junta da Freguesia de Regueira de Pontes)

Luís Carvalho, Presidente de Junta de Regueira de Pontes.

Ora bem, foi dito aqui pela Sr.^a Presidente da Câmara que a prioridade era o saneamento para o orçamento deste ano. Se lermos aqui na página 7, digamos que a zona norte só nos anos seguintes de 2005 para a frente, é que tem alguma coisa para esta situação. Ora, como não recebe de outras coisas, não recebe do saneamento, digamos que vamos ficar todos tristes porque não vamos levar nada, numa altura em que se fala tanto de despoluição e se louva a atitude e a associação que foi criada para a despoluição do Lena, a ribeira dos Milagres está num estado lastimoso como toda a gente sabe e já aqui foi dito por outros membros desta Assembleia, é triste que não seja ainda neste mandato, resolvido o problema da despoluição da ribeira dos Milagres com todos os efluentes e suiniculturas que lá existem, e com todos os problemas que acarretam para as pessoas que moram nas suas vizinhanças, fica aqui o meu lamentar, por esta situação não se resolver.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Deputada Susana Silva, Presidente da Junta do Souto da Carpalhosa, faça favor.

DEPUTADA SUSANA SILVA (Presidente de Junta da Freguesia de Souto da Carpalhosa)

Eu venho repetir o que o meu colega disse mas com um alerta ainda maior. Todas as freguesias do norte do concelho, foram as últimas a serem abastecidas com água. A Freguesia do Souto da Carpalhosa, terminou no final do ano de 2001 o abastecimento de água ao domicílio. Acontece que nós vamos correr o mesmo sentido através do saneamento e quem não conhecer, a minha freguesia tem graves problemas por causa

do saneamento, a capacidade de absorção dos solos está no seu limite e no entanto eu não vislumbro nem com a tal prioridade ao saneamento que se aponte uma solução para o caso do norte do concelho, mais uma vez vem em último lugar. Eu acho que há que mudar um pouco a estratégia ou pelo menos a definição das prioridades, porque o norte do concelho apesar de estar no norte e apesar de ter sido o último a abastecer em água, não deveria , acho que por razões de justiça, ser o último também a ter o saneamento.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Muito obrigado Sr.ª Presidente da Junta.

Não há mais inscritos, a Sr.ª Presidente vai dar os esclarecimentos.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)

Srs. Presidentes, só uma explicação que é muito importante para entenderem a injustiça que até pode ser real mas, é uma justiça baseada em soluções técnicas que não são possíveis de transpor e eu passo a explicar. O saneamento, as redes em baixa, vão ter de estar ligadas a uma estação de tratamento, não resolve o problema estar a fazer só os emissários e as redes sem ter uma estação de tratamento. O que acontece é que existe uma estação de tratamento neste momento em Leiria, nas Olhalvas, está concluída há cerca de três anos, e que não tem sequer saneamento suficiente para ela ser rentabilizada no seu máximo. Portanto qual é a prioridade do ponto de vista de completar o conjunto das redes? Todas as redes, cuja ligação técnica é feita à ETAR das Olhalvas. Se me disser assim: Mas quem optou por fazer

primeiro a das Olhalvas? Fez mal, se calhar fez mas não foi minha a opção, quando chegámos estava a ETAR das Olhalvas feita, concluída, praticamente na fase final. A partir daí a nossa opção só tinha que ser uma, fazer as redes que viessem alimentar o mais depressa possível para rentabilizar o investimento nas Olhalvas, porque se começássemos a fazer as redes no Souto da Carpalhosa ou em Regueira de Pontes ou em Monte Redondo ou em toda essa zona, não tinham ETAR para onde tratar os esgotos, porque a ETAR é a ETAR da zona norte, a última a ser feita, e que portanto só pode haver redes quando haver ETAR. Não faz sentido ter as redes sem a ETAR e vice versa, portanto há aqui uma lógica e volto a dizer, se foi a última a ter água é a última a ter saneamento, é verdade, agora foi uma opção técnica feita numa determinada altura porque em vez de ter sido feita esta aqui tem alguma lógica de explicação, é a densidade populacional, é evidente, onde é que vive mais gente? E a lógica da prioridade dos investimentos, é muito baseada na lógica de onde vive mais gente. O saneamento é feito para servir a população, conforme todos já perceberam, e se é feito com esse objectivo, é onde há mais população são as prioridades e portanto foi feito na altura a decisão de que havendo mais população aqui, porque esta ETAR das Olhalvas serve os Pousos, toda a zona das Cortes, Arrabal, Santa Eufémia, Boa Vista enfim, vai toda essa zona drenar para ali e serve mais, vai servir parte dos concelhos da Batalha e parte dos concelhos de Porto Mós e de Ourém. Portanto, dentro desta lógica de um sistema integrado do ponto de vista técnico, não se pode começar a fazer investimento de qualquer maneira, há critérios, e eu não tenho dúvida nenhuma que neste momento o critério que nós estamos a seguir é o critério técnico para fazer a rede integrada, no sentido porém, de que a ideia é avançar com muita rapidez para a conclusão do sistema, tanto mais que a ETAR da zona norte neste momento está numa fase já de estudo de impacto ambiental para a possível localização de escolha do sítio onde ela vai ficar.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Obrigado Sr.^o Presidente.

Vamos à votação.

Quem vota contra este ponto?

Quem se abstém?

Este ponto foi aprovado por maioria com as abstenções do PP e Independentes.

**7. ORÇAMENTO DE RECEITAS E DESPESAS PARA O ANO DE 2002
DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE LEIRIA - Apreciação,
discussão e votação;**

Estão abertas as inscrições.

Não há inscrições vamos passar à votação do ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Sete abstenções.

Está aprovado por maioria com abstenções do PS, do PP e dos Independentes.

**8 PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS
DE FREGUESIA - Apreciação, discussão e votação;**

Quem é que se inscreve?

Não há inscrições, passamos à votação.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

Este ponto está aprovado por maioria com uma abstenção do PS.

**9 APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO CENTRO ASSOCIATIVO
MUNICIPAL E APROVAÇÃO DE ALTERAÇÃO - Apreciação, discussão e
votação;**

Quem é que se quer inscrever?

Sr. Deputado Luís Pinto faça favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Em relação ao artigo 6º e às alterações que estão a negro, prevê um conjunto de taxas a praticar que depois vem mencionado no artigo 7º, eu parece-me que para além do valor, logo o princípio é errado e depois em relação ao valor, acaba por não fazer diferenciação naquilo que é essencial, nos custos mais importantes, vamos imaginar que uma empresa pede aquele espaço, vai pagar fora do horário de expediente quatro Euros e quarenta, que é exactamente aquilo que uma instituição de utilidade pública irá pagar também, parece-me perfeitamente desajustado. Depois parece-me também, em termos do serviço social e do interesse público que estas associações dão à cidade, parece-me despropositado que no horário de expediente paguem também 3 Euros e setenta e cinco.

A minha proposta é que durante o horário de expediente sejam isentas as associações de utilidade pública e que se mantenham ou até subam os valores daquelas instituições que não tendo utilidade pública que se aumente no ponto 3 mas que de facto e para já há uma diferença mesmo em termos de extraordinário acentuada, mas que em relação à hora do expediente, se os funcionários já lá estão e há lá concerteza gente que faça a limpeza, parece-me não só um valor exagerado como também desajustado. Portanto a minha proposta é que seja gratuito no ponto 2.1 A e que haja uma diferença entre o ponto 2.1.B e um aumento então se preferirem no ponto 2.2. A e B. Obrigado.

PRESIDENTE DA CÂMARA(Dr.ª Isabel Damasceno)

Sr, Presidente se me permite, eu dava aqui a palavra à Sr.ª Vereadora Neuza para esclarecer.

DR.ª NEUZA MAGALHÃES (VEREADORA)

Sr. Deputado, há uma diferenciação no artigo 6º, quando se refere a instituições sem fins lucrativos e de utilidade pública e as distingue e as distingue das outras instituições. Portanto, relativamente às primeiras, estamos a falar de instituições sem fins lucrativos, há um valor simbólico pela utilização do espaço. Penso que é razoável, há despesas quer com a luz quer com a limpeza desse mesmo espaço, estamos a falar de um auditório e estamos a falar de uma sala de reuniões, portanto, o que se trata aqui é dos espaços comuns no Centro Associativo.

Relativamente às outras instituições como referiu e bem, podemos estar a falar de empresas que podem pagar um valor mais elevado pelo mesmo aluguer e este está aqui reflectido no artigo 7º no ponto dois há uma diferença de 3,75 Euros para 5 Euros/hora. No ponto 3, o preço correspondente ao mencionado nas alíneas b) do 2.1. e b) de 2.2., é 4,40 Euros fora do horário de expediente, como é óbvio. Nós estamos a falar de horas extraordinária, estamos a falar de um preço/hora fora do horário de expediente, mas é normal que assim seja porque no horário de expediente nós temos lá funcionários.

DEPUTADO LUÍS PINTO(PS)

Vocês dizem assim: Uma associação de utilidade pública paga durante o dia 3,75 Euros, à noite paga 4,40 Euros, a uma empresa por exemplo paga 5 durante o dia e 4,40 Euros à noite, é ridículo que à noite pague menos que durante o dia, e depois, estão a equipara fora do horário de expediente uma associação de utilidade pública com uma entidade. Portanto, deve ter havido um lapso de escrita porque em termos de princípio parece-me perfeitamente errado, parece-me que 1,25 Euros de diferença entre uma empresa e uma associação d utilidade pública, comparando com a questão dos alugueres, provavelmente a Sr.ª Vereadora, nova nestas coisas está habituada a tratar só com empresários e não faz essa diferenciação. Parece-me extraordinariamente injusto que isso possa ser assim, porque no fundo para horas extraordinárias uma empresa paga menos do que durante a hora de expediente.

DR. ^a NEUZA MAGALHÃES (VEREADORA)

Sr. Deputado, permita-me a correcção e apesar de ser nova na função, vou-lhe dizer que está redondamente enganado. Nós estamos a falar dos 4, 40 Euros que é um preço para o apoio logístico, nada tem a ver com a utilização do espaço. Os 4,40 Euros é o apoio logístico, é aquilo que é necessário pagar para que a pessoa possa ter o edifício aberto e possa prestar serviços de apoio quer em termos de fotocópias, adicionando-lhe os 5 Euros/hora; os 5 Euros e os 3,75 Euros referem-se ao aluguer

do espaço, os 4,40 Euros referem-se ao apoio logístico, são coisas completamente diferentes. Penso que a explicação está dada.

PRESIDENTE DA MESA (JOSÉ ANTÓNIO SILVA)

Pronto Sr. Deputada, a explicação está dada, é esta a proposta da Câmara, ou vota favoravelmente ou vota contra. Não há mais ninguém inscrito?

Vou colocar à votação.

Quem vota contra? Seis votos contra.

Quem é que se abstém? Seis abstenções

O regulamento foi aprovado com seis votos contra e seis abstenções.

Srs. Deputados, antes de terminar queria relembrar os Srs. representantes dos vários grupos municipais, que então iríamos reunir no próximo dia 9 de Maio, às 21 horas, aqui nesta sala, para tratarmos da análise das Comissões, que existiam no mandato anterior.

Queria também informar os Srs. Deputados, que esta proposta do Sr. Presidente de Junta da Maceira, que eu de facto não sei onde a enquadrar, vai fazer parte de um ponto da Ordem de Trabalhos para a próxima Assembleia que em princípio vai ser no próximo dia 27 de Junho.

Obrigado a todos e um bom Dia do Trabalhador, com muito descanso.

ENCERRAMENTO

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 00.00 horas, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de _____, deliberou por _____, aprovar a acta .

Leiria, aos _____ dias do mês de Junho do ano de dois mil e dois.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

(José António Sousa e Silva)

O Escrivão

(Teresa Paula Pinto)

FIM DE ACTA